

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

A NOÇÃO ARISTOTÉLICA DE DEFINIÇÃO E SEU PAPEL NO ARGUMENTO  
ELÊNICO

PEDRO LEMGRUBER NASCIMENTO

UBERLÂNDIA

2026

PEDRO LEMGRUBER NASCIMENTO

A NOÇÃO ARISTOTÉLICA DE DEFINIÇÃO E SEU PAPEL NO ARGUMENTO  
ELÊNICO

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de concentração: História da Filosofia Antiga

Orientador: Fernando Martins Mendonça

Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia

UBERLÂNDIA

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

N244 Nascimento, Pedro Lemgruber, 1996-  
2026 A Noção Aristotélica de Definição e Seu Papel no Argumento  
Elêntico [recurso eletrônico] / Pedro Lemgruber Nascimento. -  
2026.

Orientador: Fernando Martins Mendonça.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Pós-graduação em Filosofia.  
Modo de acesso: Internet.  
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.663>  
Inclui bibliografia.

1. Filosofia. I. Mendonça, Fernando Martins, 1984-, (Orient.). II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Filosofia.  
III. Título.

CDU: 1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



## ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

|                                    |   |                 |       |                       |       |
|------------------------------------|---|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em:      | Filosofia   |                 |       |                       |       |
| Defesa de:                         | Dissertação de Mestrado Acadêmico, 007/26, PPGFIL                   |                 |       |                       |       |
| Data:                              | Vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte seis                 | Hora de início: | 17:00 | Hora de encerramento: | 19:00 |
| Matrícula do Discente:             | 12412FIL012   |                 |       |                       |       |
| Nome do Discente:                  | Pedro Lemgruber Nascimento  |                 |       |                       |       |
| Título do Trabalho:                | A Noção Aristotélica de Definição e Seu Papel no Argumento Elêntico |                 |       |                       |       |
| Área de concentração:              | Filosofia   |                 |       |                       |       |
| Linha de pesquisa:                 | Metafísica e Epistemologia  |                 |       |                       |       |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | Concepções de conhecimento em Platão e Aristóteles                  |                 |       |                       |       |

Reuniu-se na Sala Web conferência do PPGFIL, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Lucas Angioni (UNICAMP); Raphael Zillig (UFRGS); Rubens Garcia Nunes Sobrinho (UFU) orientador(a) *ad hoc* do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Rubens Garcia Nunes Sobrinho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação

interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Garcia Nunes Sobrinho, Presidente**, em 05/03/2026, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Zillig, Usuário Externo**, em 05/03/2026, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Angioni, Usuário Externo**, em 05/03/2026, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7050426** e o código CRC **4E957034**.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço ao meu orientador de mestrado Prof. Dr. Fernando Martins Mendonça, cujo apoio ao longo de toda a minha trajetória, desde o início da minha graduação até este momento, foi fundamental para o meu desenvolvimento filosófico e acadêmico.

Agradeço aos membros da minha banca de defesa Prof. Dr. Lucas Angioni e Prof. Dr. Raphael Zillig, cuja arguição generosamente detalhada e bem colocada contribuiu muito para a qualidade final do meu texto, além de ajudar a direcionar minhas pesquisas futuras.

Pelas contribuições ao meu trabalho e, sobretudo, pela constante amizade ao longo desses anos difíceis, agradeço aos meus caros amigos Dr. Pedro Henrique Carrasqueira Zanei, Me. Mateus Henriques Patrício e Leonardo Ricardo de Oliveira.

Pelo apoio emocional e generosa paciência diante a turbulência inerente à vida acadêmica, agradeço à minha amada namorada Anabelle Gehrmann Beolchi Martins, e aos meus queridos pais Thiago Reis Nascimento e Karla Priscilla Lemgruber.

## RESUMO

Em *Metafísica* IV.4, Aristóteles se propõe a “demonstrar refutativamente” o Princípio da Não-Contradição (PNC). Esse argumento, que ficou conhecido como o argumento elêntico, começa pela demanda de que um interlocutor que nega o PNC enuncie uma denominação significativa. Então, o Estagirita raciocina que essa denominação deve significar “ser (ou não ser) tal e tal coisa” e que isso já seria “algo definido.” Consequentemente, o interlocutor do argumento não poderia, ao mesmo tempo, afirmar a negação do que foi definido. As questões centrais desta dissertação são: como deve ser interpretado esse passo argumentativo e como ele se relaciona com a noção aristotélica de definição? Por um lado, ele pode ser lido como envolvendo uma definição real, isto é, a enunciação da essência de um ente existente. Por outro, ele é interpretado como pedindo uma definição nominal, que seria a mera explicitação do significado de um termo. Após explorar diferentes propostas interpretativas, defenderemos a segunda alternativa. Ao longo do primeiro capítulo, apresentaremos o problema em questão e alguns dos diferentes modos como ele foi abordado na literatura secundária. Em seguida, sustentaremos que uma interpretação semântica do argumento elêntico, segundo a qual a força do argumento seria pautada apenas em aspectos do ato de enunciar uma denominação significativa, requer que Aristóteles tenha uma noção de definição nominal que ele considere legítima. Em nosso segundo capítulo, defenderemos que esse é o caso ao propor o que chamamos de uma interpretação ampliativa da definição aristotélica. Segundo essa interpretação, as definições reais e as nominais ocupam diferentes regiões de um contínuo de sucesso definicional, e ambas são consideradas, por Aristóteles, legítimas e adequadas para o uso em diferentes contextos epistêmicos. Ao longo do capítulo, examinaremos as evidências textuais relevantes e lidaremos com problemas enfrentados por essa interpretação. Por fim, consideraremos as consequências dessa interpretação ampliativa da definição para uma interpretação semântica do argumento elêntico.

**PALAVRAS CHAVES:** Argumento Elêntico. Princípio da Não-Contradição. Definição. Metafísica. Aristóteles. Filosofia Antiga.

## ABSTRACT

In *Metaphysics* IV.4, Aristotle sets out to “demonstrate by refutation” the Principle of Non-Contradiction (PNC). This argument, which is known as the elenctic argument, starts by demanding that an interlocutor who denies the PNC utters a meaningful name. Then, Aristotle reasons that this name must mean that it “is (or is not) this and that” and that this will be “something definite.” Consequently, the argument’s interlocutor could not, at the same time, affirm the negation of what has been defined. The central questions of this dissertation are: how should this argumentative step be interpreted and how does it relate to Aristotle’s notion of definition? On one hand, it can be read as involving a real definition, which is a statement of the essence of an existent being. On the other, it is interpreted as demanding a nominal definition, which is merely the explication of the meaning of a term. After exploring some of the different proposed interpretations, we will defend the latter alternative. In our first chapter, we will present the problem in question and some of the different ways in which it has been dealt with in the secondary literature. Following that, we’ll argue that a semantic interpretation of the argument, according to which its force lies only in aspects of the act of uttering a meaningful name, requires Aristotle to have a notion of nominal definition which he considers legitimate. In our second chapter, we’ll argue that this is the case by proposing what we’ll call an ampliative interpretation of Aristotelian definition. According to this interpretation, real and nominal definition occupy different regions of a continuum of definitional success, and are both considered, by Aristotle, to be legitimate and adequate for use in different epistemic contexts. In that chapter, we’ll examine the relevant textual evidence and deal with problems faced by this interpretation. Lastly, we’ll consider the consequences this ampliative interpretation of definition has for the semantic interpretation of the elenctic argument.

**KEY WORDS:** Elenctic Argument. Principle of Non-Contradiction. Definition. *Metaphysics*. Aristotle. Ancient Philosophy.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>7</b>  |
| <b>SIGNIFICADO E ESSÊNCIA NO ARGUMENTO ELÊNTICO .....</b>                      | <b>12</b> |
| 1.1    O argumento elêntico e a impossibilidade de demonstrar o PNC .....      | 12        |
| 1.2    O problema da presença do essencialismo no argumento elêntico ....      | 20        |
| 1.3    Reinterpretações do objetivo e público-alvo do argumento elêntico .     | 23        |
| 1.4    Interpretações semânticas do argumento elêntico .....                   | 32        |
| <b>A POSSIBILIDADE DA DEFINIÇÃO NOMINAL EM ARISTÓTELES..</b>                   | <b>39</b> |
| 2.1    Uma interpretação ampliativa da definição aristotélica .....            | 39        |
| 2.2 <i>APo</i> II.7 e II.10: A definição nominal na ciência aristotélica ..... | 44        |
| 2.3 <i>Tópicos</i> I e VI: Definições nominais na dialética aristotélica ..... | 57        |
| 2.4    Metafísica IV.4: Definibilidade e significação .....                    | 60        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>65</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>  | <b>69</b> |

## INTRODUÇÃO

Em *Metafísica IV*, Aristóteles oferece seu mais longo e detalhado tratamento do Princípio da Não-Contradição (PNC). Em sua formulação ontológica, esse é o princípio segundo qual “é impossível que o mesmo seja atribuído e não seja atribuído ao mesmo tempo a um mesmo subjacente e conforme ao mesmo aspecto” (1005b 19-20).<sup>1</sup> Em outras palavras, o PNC afirma que contradições, tomadas como a atribuição simultânea de predicados contrários ao mesmo sujeito, são impossíveis. Aristóteles também pede que tomemos como implícitos os acréscimos que seriam adicionados “contra as contendas argumentativas” (1005b 21), aparentemente referindo-se a cláusulas desambiguadoras que tornariam a formulação mais precisa e antecipariam estratégias sofisticadas de ataque pela equivocação.<sup>2</sup> Embora outras formulações do PNC sejam oferecidas ao longo do livro IV, incluindo uma versão semântica (1011b 13-20) e uma doxástica (1005b 24), a ontológica parece ser a mais fundamental, tendo em vista que o princípio pertenceria à ciência que estuda o ser enquanto é ser (1005b 5-12), isto é, à ontologia ou metafísica.

No terceiro capítulo do mesmo livro, o Estagirita sustenta que o PNC é o mais firme de todos os princípios, argumentando que não é possível errar a respeito dele porque é impossível ter crenças contraditórias.<sup>3</sup> Isso não impede que algumas pessoas, incluindo, supostamente, filósofos como Heráclito, façam afirmações contrárias ao PNC, já que não é necessário crer em tudo o que se diz (1005b 27). A conclusão natural dessa argumentação é que esses supostos dialeteístas<sup>4</sup> estariam sendo ou desonestos ou profundamente confusos sobre o conteúdo de suas próprias crenças. A despeito disso, Aristóteles parece levá-los a sério, ao passo em que o capítulo subsequente, *Metafísica IV.4*, começa com uma menção a eles e àqueles que, por falta

---

<sup>1</sup> Utilizaremos a tradução de Lucas Angioni (2007) em citações diretas de *Metafísica IV*.

<sup>2</sup> Kirwan (1993, p. 88-89) identifica como referência de 1005b 21, dentre outras possibilidades, as cláusulas presentes nas formulações de *Refutações Sofisticadas* 167a 23-27 e *De Interpretatione* 17a 33-37.

<sup>3</sup> Sobre o “argumento da firmeza” de IV.3, seguimos a interpretação de Campbell e Shapiro (2024).

<sup>4</sup> “Dialeteísta” é a denominação contemporânea para aqueles filósofos que negam o PNC, isto é, que sustentam que algumas contradições são verdadeiras. É discutível se os adversários históricos de Aristóteles que negavam o PNC podem ou não ser chamados de “dialeteístas”, em sentido estrito, dadas as implicações específicas do termo como ele é utilizado na filosofia contemporânea. Tendo em vista a brevidade, porém, utilizaremos a denominação para nos referir a todo e qualquer negador do PNC, sejam eles filósofos antigos ou contemporâneos. Para mais sobre essa posição e nomenclatura, ver o verbete *Dialetheism* (Priest, Berto e Weber, 2025) da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*.

de formação (*ἀπαιδευσία*), pedem uma demonstração do PNC.<sup>5</sup> Após uma breve explicação do porquê o pedido pela demonstração de um princípio como o PNC é inadequado, Aristóteles afirma que, apesar disso, é possível de certo modo demonstrar que isso (*τούτου*) é impossível:<sup>6</sup>

Mas é possível demonstrar refutativamente até mesmo que isso é impossível, se o disputante apenas pronunciar algo com sentido; mas, se ele não pronunciasse nada, seria ridículo buscar argumentação contra quem não sustenta nenhum argumento, na exata medida em que não sustenta. Pois alguém deste tipo, enquanto é deste tipo, é já semelhante a uma planta. (*Metafísica* IV, 1006a 11-14, trad. Lucas Angioni)

Aristóteles qualifica que essa demonstração deve ser feita de modo refutativo porque uma demonstração usual do PNC seria impossível, já que todas as demonstrações pressupõem o princípio e fazem uso dele (1005b 33). Uma demonstração refutativa (*ἀποδειξαι ἐλεγκτικῶς*) evitaria esse problema porque ela partiria de uma afirmação enunciada por um outro, o interlocutor do argumento, e essa afirmação acarretaria a conclusão. Essa afirmação poderia ser qualquer uma, desde que significativa tanto para o nosso interlocutor hipotético quanto para outrem, e não precisaria nem mesmo ser uma sentença declarativa, podendo ser um termo simples. Se o suposto dialeteísta se recusa a enunciar algo, ele não se submete à argumentação e torna-se semelhante a uma planta (*ὅμοιος γὰρ φυτῷ*). Em contramão, se é enunciado algo que cumpra os requerimentos mínimos estabelecidos, então algo definido (*ὀρισμένον*)<sup>7</sup> é obtido e o argumento pode proceder. Na sequência, usando como exemplo o termo “homem”, Aristóteles raciocina que, se esse termo tem significado, então ele significará “ser (ou não ser) tal e tal coisa” (1006a 29) e isto será “o ser para o homem” (1006a 33).

<sup>5</sup> Não é imediatamente evidente se esses dois interlocutores, isto é, o que pede uma demonstração do PNC e o que nega o princípio, devem ser entendidos como os mesmos ou não. Timothy Clarke (2024) elabora uma interpretação do argumento elético segundo a qual o mesmo tem como objetivo primário responder à demanda daqueles que pedem uma demonstração do princípio, deslocando a ênfase da negação do PNC à demanda por sua demonstração.

<sup>6</sup> Como interpretar o referente de “isso” (*τούτου*) é tópico de controversa na literatura secundária, mas parece haver concordância de que “isso” refere-se, de um modo ou outro, à tese dialeteísta. Angioni defende que trata-se da premissa do adversário de que o PNC não seria universal (2009, p. 45), enquanto Furth (1986, p.375) entende que a referência é a negação do PNC e Lourenço (2017, p. 36) a interpreta como a afirmação de que é possível uma mesma coisa ser e não ser.

<sup>7</sup> O termo “ὀρισμένον” não precisa ser traduzido como “definido”, podendo significar também algo como “delineado” ou “delimitado”. Nós acreditamos, porém, que o conceito operante na passagem é o da definição. Trataremos dessa questão na seção de final de nossos primeiro capítulo, onde abordaremos as interpretações semânticas do argumento elético.

Desse modo, ao se comprometer com a significação do termo enunciado, o interlocutor do argumento se compromete, também, com uma afirmação que diz o que ele significa. A implicação parece ser que, no contexto dialógico que o argumento supõe, Aristóteles poderia demandar de seu interlocutor assentimento a uma afirmação da definição da denominação inicialmente enunciada. Então, a partir da afirmação de que, por exemplo, homem é bípede, Aristóteles infere que, necessariamente, homem não pode ser, ao mesmo tempo, não-bípede. Presumidamente, esse mesmo procedimento poderia ser replicado para toda e qualquer denominação que o interlocutor poderia ter escolhido enunciar. Assim, a conclusão almejada, a impossibilidade das contradições, teria sido alcançada a partir de afirmações enunciadas por nosso interlocutor hipotético.

Esse argumento, que ficou conhecido como o argumento elêntico, é cercado por um grande número de problemas e dificuldades. Para os propósitos da presente dissertação, porém, nos focaremos na seguinte questão: como deve ser interpretado o aparente pedido pela definição feito por Aristóteles? Essa pergunta motiva uma antiga querela na literatura secundária. Por um lado, interpreta-se o pedido como requerendo a enunciação de uma essência. Por outro, ele é interpretado como demandando a mera explicitação do significado de um nome.

Um dos mais importantes autores a sustentar a primeira visão foi Jan Łukasiewicz, em um artigo de 1910, que a pretendia como uma crítica à argumentação aristotélica, já que a pressuposição do essencialismo implicaria, também, a pressuposição do próprio PNC, o que configuraria uma petição de princípio.<sup>8</sup> Diversas alternativas de respostas a essa crítica foram propostas ao longo dos anos. Alguns, como Halper (1984) e Code (1986, 1999), atribuem ao argumento elêntico outros objetivos que não a refutação do dialeteísta, assim desarmando a objeção de petição de princípio, ao passo em que a verdade do PNC não seria a conclusão almejada. Por sua vez, Angioni (1999) identifica uma relação de implicação mútua entre o essencialismo e a não-contradição, tornando a justificação simultânea de ambos perfeitamente legítima. Já os proponentes da segunda interpretação, como Zingano (2003) e Zillig (2007), escapam da objeção de Łukasiewicz ao negar que o essencialismo é presumido de qualquer maneira no argumento elêntico.

---

<sup>8</sup> Além da petição do princípio, Łukasiewicz também identifica como consequência indesejável da presença do essencialismo no argumento elêntico a restrição de seu escopo somente às substâncias. Para uma resposta a esse problema, ver Wedin (1999).

No que se segue, exploraremos essa questão e as alternativas de respostas a ela. Em nosso primeiro capítulo, introduziremos o argumento elêntico, explicando por que ele não pode ser demonstrado no sentido usual e o inserindo em seu contexto no livro IV. Em seguida, apresentaremos o problema da presença do essencialismo no argumento, tal como introduzido por Łukasiewicz, e reconstruiremos as interpretações propostas por autores como Code e Halper, que propuseram diferentes leituras do objetivo e público-alvo do argumento elêntico, cujo resultado é tornar menos problemática a presença de algum comprometimento essencialista no argumento. Por fim, apresentaremos as interpretações semânticas do argumento desenvolvidas por Zillig e Zingano, segundo as quais o mesmo não pressupõe nenhum comprometimento essencialista. Concluiremos o capítulo com uma breve discussão sobre a relevância da noção de definição ao argumento, sustentando que a definição é o conceito operante em 1006a 28-30 e que “ὄρισμένον” em 1006a 23 é melhor traduzido como “definido”.

Tendo isso em vista, em nosso segundo capítulo nós tornaremos nosso foco à questão da definição. Se 1006a 28-30 pede por uma definição, então, para que uma interpretação semântica do argumento elêntico seja viável, é preciso que o tipo de definição pedido seja a nominal, e, portanto, que Aristóteles possua uma noção de definição nominal que ele considere legítima. Com isso em mente, buscaremos defender uma interpretação ampliativa da definição aristotélica, segundo a qual definições que não dizem a essência de um ente existente são consideradas por Aristóteles, em certos contextos epistêmicos, genuínas e úteis. Essa interpretação contrasta com a interpretação restritiva, segundo a qual somente definições reais seriam, para Aristóteles, verdadeiras definições. Após uma exposição filosófica de nossa interpretação, nos dedicaremos à análise exegética das evidências textuais aparentemente contrárias e favoráveis à nossa hipótese. Começaremos com o maior obstáculo a ela: trechos de *APo* II.7 onde Aristóteles aparentemente descarta as definições meramente nominais como absurdas. Após argumentar que essa passagem não configura uma rejeição das definições nominais em geral, defenderemos que o uso de definições não-reais é apropriado em certos contextos, apoiados em passagens de *APo* II.10 e considerações sobre a epistemologia da ciência aristotélica.

Então, nos tornaremos às instâncias em que Aristóteles parecer fazer uso de definições nominais na obra *Tópicos*. Analisaremos o modo como ele prescreve o uso de definições não-reais no contexto da dialética, bem como os exemplos que o próprio Estagirita emprega. Finalmente, aproximaremos nossa interpretação ampliativa da definição ao argumento elêntico,

defendendo que um dos resultados do argumento é que um grau mínimo de definibilidade é uma condição para que uma denominação tenha significado, e que a não-contradição é uma condição para essa definibilidade mínima.

Em conclusão, consideraremos as consequências da aplicação de nossa interpretação ampliativa da definição ao argumento elêntico. Sustentaremos que ela fortalece o caso em favor de uma interpretação semântica do mesmo, já que o contexto dialógico do argumento parece ser um daqueles contextos epistêmicos em que o uso de definições nominais é adequado. Reconhecendo, porém, que razões independentes motivam a elaboração das interpretações que atribuem ao argumento elêntico diferentes objetivos ou deslocam seu público-alvo, e também que uma interpretação semântica do argumento não o exime de toda e qualquer acusação de petição de princípio, buscaremos reconciliar aspectos de ambas as estratégias interpretativas. Esboçaremos, por fim, uma interpretação deflacionada do argumento elêntico, que o insere em um registro semântico e também atribui a ele objetivos mais modestos, contextualizados por uma discussão maior do PNC que perpassa o livro IV.

## SIGNIFICADO E ESSÊNCIA NO ARGUMENTO ELÊNTICO

### 1.1 O argumento elêntico e a impossibilidade de demonstrar o PNC

Antes de dar início ao argumento elêntico, Aristóteles discorre de modo breve sobre a impossibilidade de demonstrar plenamente o Princípio da Não-Contradição (PNC), razão pela qual seria necessária uma demonstração refutativa (*ἀποδειξαι ἐλεγκτικῶς*) dele, ao invés de uma demonstração *simpliciter*.<sup>9</sup> Começando por explicar que é um engano requisitar uma demonstração do PNC, o Estagirita escreve:

Mas, por falta de formação, alguns exigem que também isso seja demonstrado; de fato, é falta de formação (*ἀπαιδευσία*) não reconhecer de que coisas é preciso procurar demonstração e de que coisas não é preciso; pois, em geral, é impossível haver demonstração de absolutamente tudo (pois se prosseguiria ao infinito, de modo que nem assim haveria demonstração); e, se não é preciso procurar demonstração de algumas coisas, qual princípio reputam ser sobretudo de tal qualidade, eis algo que não conseguem dizer. (*Metafísica* IV, 1006a 5-10, trad. Lucas Angioni)

Apesar de sucinta, a explicação é relativamente clara: é um erro pedir demonstrações de absolutamente tudo, porque deve haver proposições sobre as quais não há demonstração, caso contrário as demonstrações se encadeariam *ad infinitum* e nada seria de fato provado. Corrigido esse erro, não há melhores candidatos que o PNC ao título de primeiro princípio indemonstrável, que seria a conclusão decorrente da argumentação elaborada ao longo de IV.3.<sup>10</sup>

Por sua vez, a acusação de falta de formação (*ἀπαιδευσία*) remete a IV.3 1005b 4, onde ela é explicitamente qualificada como falta de formação analítica (*ἀπαιδευσίαν τῶν*

---

<sup>9</sup> Consideramos que o contexto da passagem e a conexão com os *Analíticos* tornam evidente que “demonstração” (*ἀπόδειξις*), aqui, significa demonstração científica ou, ao menos, uma demonstração com pretensões explanatórias, não meramente um silogismo válido qualquer.

<sup>10</sup> Kirwan (1993) discorda da nossa avaliação positiva do argumento, levantando duas objeções: primeiro, que 1006a 5-10 não defende a premissa de que o PNC é o melhor candidato ao título de primeiro princípio indemonstrável; e, segundo, que a sentença “é impossível haver demonstração de absolutamente tudo” é ambígua, podendo ser interpretada como dizendo ou que há alguns itens que não podem ser demonstrados ou que não pode ser o caso que tudo é demonstrado (p. 90-91). Sobre a primeira objeção, Aristóteles parece considerar o estatuto de primazia e indemonstrabilidade do PNC como consequência direta da argumentação elaborada em IV.3, tendo em vista que, em referência direta a esses argumentos, ele afirma que “mostramos (*ἐδείξαμεν*) que este [o PNC] é o mais firme de todos os princípios” (1006a 4). Já sobre a segunda objeção, consideramos que ambos os sentidos são operantes: não pode ser o caso que tudo é demonstrado porque há de haver, como condição de possibilidade para a demonstração, princípios indemonstráveis. Ver: *APo* I.3 72b 18-24 e *APo* I.2 72a 16-17.

*ἀναλυτικῶν*). Esse parece ser também o sentido operante da expressão na passagem de IV.4, já que essa descreve a inabilidade de identificar o que é apropriado ou não pedir demonstrações. Sendo esse o caso, a concisão do tratamento aristotélico dessa questão é pouco surpreendente, porque ele já havia advertido que “é preciso chegar já sabendo previamente esses assuntos [os *Analíticos*], mas não buscá-los enquanto se ouve” (1005b 4-5). Assim, a exposição supracitada presume conhecimento de fundo dos *Analíticos*. A começar, a impossibilidade de haver demonstração de absolutamente tudo é explicitamente discutida em *APo* I.3, onde o Estagirita escreve que nem todo conhecimento científico é oriundo de demonstrações, por que há também princípios indemonstráveis do conhecimento científico (72b 18-24). As únicas alternativas possíveis a essa visão seriam que o conhecimento científico procede ao infinito (72b 7-10) ou que ele se dá de modo circular (72b 15-17), ambas descartadas por Aristóteles.

Além disso, ao tratar da impossibilidade de demonstrar o PNC em específico, é necessário entender alguns aspectos básicos da estrutura da demonstração científica como Aristóteles a concebe. Especificamente, são salientes as características que as premissas de uma demonstração têm de possuir em relação à sua conclusão. Aristóteles escreve sobre isso em *APo* I.2, onde explica que o conhecimento científico deve prover de “itens verdadeiros, primeiros, imediatos, mais cognoscíveis que a conclusão, anteriores a ela e que sejam causas dela”<sup>11</sup> (71b 20-22). Embora cada um desses critérios seja multifacetado e passível de diferentes interpretações,<sup>12</sup> não é necessário adentrar nos detalhes dessa discussão para elucidar o ponto relevante ao argumento elêntico.

Esse ponto decorre mais evidentemente, sobretudo à luz de IV.3, da condição que diz respeito à maior cognoscibilidade em relação à conclusão.<sup>13</sup> Com efeito, essa condição torna necessária a existência de itens mais cognoscíveis que o PNC para que seja possível uma

---

<sup>11</sup> Aqui e doravante, utilizamos as traduções de Lucas Angioni (2004, 2002) dos *Segundos Analíticos* em citações diretas.

<sup>12</sup> Para um tratamento detalhado dos mesmos, ver Angioni (2012). Nota-se que concordamos com a crítica do autor à interpretação demasiadamente axiomatizante desses critérios. Eles nos interessam, para os propósitos da presente dissertação, na medida em que são relevantes para um axioma, o PNC, mas não pretendemos que as características epistêmicas de axiomas como o PNC se estendam, em qualquer medida, às premissas de demonstrações científicas em geral.

<sup>13</sup> É provável, também, que não haja itens mais anteriores que o PNC, no sentido de prioridade ontológica e causal. No contexto de IV.4, porém, julgamos que havia sido explicitamente demonstrada apenas a sua cognoscibilidade máxima, por meio dos argumentos de IV.3. O argumento elêntico em si, juntamente com os demais argumentos traçados ao longo do restante do livro IV, pode ser lido como avançando a tese de que o PNC é maximamente anterior e fundamental em diferentes domínios.

demonstração científica do princípio. A existência de tais itens, porém, é negada no decorrer da discussão de IV.3, ao passo em que, nesse capítulo, o PNC é caracterizado o princípio mais firme de todos, sobre qual não é possível se enganar e cujo conhecimento é condição necessária para que se conheça qualquer outra coisa (1005b 2-17). Essas descrições, sustentadas por argumentos traçados ao longo do capítulo, estabelecem a cognoscibilidade máxima do PNC, de tal modo que nada pode ser mais cognoscível que ele. Assim, demonstrar o PNC é impossível porque uma condição necessária para fazê-lo não pode ser satisfeita.

Mesmo dentre o conjunto de princípios indemonstráveis, o PNC possui um estatuto mais fundamental, pois ele é um axioma (*ἀξίωμα*), conceito definido por Aristóteles como um princípio que “é necessário que detenha quem houver de aprender qualquer coisa que seja” (72a 16-17). É por isso que Aristóteles escreve que uma demonstração *simpliciter* do PNC seria vulnerável a uma acusação de petição de princípio (1006a 16), porque, como todo axioma, o PNC é uma condição de possibilidade para a demonstração e, portanto, deve ser implicitamente presumido na elaboração de qualquer demonstração. Para evitar esse problema, o Estagirita emprega uma forma refutativa de demonstração, que difere de uma demonstração *simpliciter* porque nela uma outra pessoa é responsável pela postulação (1006a 17).

Como devemos entender a qualificação dessa demonstração como refutativa? Não é evidente se Aristóteles está lançando mão de exatamente o mesmo conceito de refutação estabelecido em *Tópicos VIII* e *Refutações Sofísticas*,<sup>14</sup> ou se tem em mente algo mais específico ou abrangente.<sup>15</sup> Presumidamente, porém, o que há de mais relevante para IV.4 é o que Aristóteles explicita como sendo a diferença entre demonstrar e refutar: o fato de que, em uma refutação, é um outro que é responsável pela postulação. Independentemente do grau exato em que esse procedimento se assemelha àqueles descritos em suas obras dialéticas, o que Aristóteles parece ter em mente é um contexto dialógico,<sup>16</sup> em que um interlocutor afirma a

---

<sup>14</sup> Robert Bolton (1994) defende que esse é o caso. Após apresentar sua reconstrução do argumento elêntico, o autor explica: “O principal aspecto a notar sobre esse argumento é que ele se conforma a todos os requerimentos das *Refutações Sofísticas* para um *elenchus*. A começar, as premissas são assentidas pelo oponente, todos os termos significativos significam uma coisa (isto é, não há equivocação), e, mais importante, o argumento não comete petição de princípio.” (BOLTON, 1994, p. 345, tradução nossa).

<sup>15</sup> Talvez o maior proponente de uma interpretação nessa via seja Terence Irwin (1988), que leu o argumento elêntico como inaugurando um novo tipo de demonstração dialética, capaz de provar os primeiros princípios sobre os quais demonstrações científicas usuais são impossíveis.

<sup>16</sup> Optamos pelo termo “dialógico” com o intuito de evitar comprometimentos associados ao termo “dialético”. Um argumento dialético, seja ele interpretado como uma instância da chamada “dialética forte” de Irwin ou de modo mais deflacionado, possui características estruturais específicas, e não é evidente se o argumento elêntico

premissa da qual decorre o restante do argumento. Sendo assim, esse interlocutor se comprometeria implicitamente com as consequências necessariamente encadeadas por sua afirmação inicial, na medida em que se compromete com a verdade da mesma, e portanto seria responsável pela conclusão.

Se essa fosse a única diferença entre uma demonstração regular e uma refutativa, poder-se-ia objetar, como fez Łukasiewicz,<sup>17</sup> que Aristóteles estaria apenas transferindo, por assim dizer, a responsabilidade pela petição de princípio ao seu interlocutor. Porém, como ressalta Code (1986),<sup>18</sup> uma refutação também difere de uma demonstração por não ter pretensões explanatórias, isto é: de que suas premissas sejam a causa de sua conclusão. Assim, a petição de princípio não seria mais uma objeção adequada, já que Aristóteles não estaria impondo sua conclusão ao seu interlocutor por meio do uso de uma estrutura argumentativa que implicitamente a contém, mas sim extraindo essa conclusão de uma enunciação oferecida livremente por seu interlocutor, sem a pretensão de que essa enunciação seja a causa ou explicação adequada da conclusão extraída. Consegue Aristóteles, por meio dessa manobra, evitar toda e qualquer acusação de petição de princípio? Certamente, Łukasiewicz diria que não, e examinaremos algumas de suas objeções na próxima seção. Todavia, a adoção de uma forma refutativa para o argumento parece ser suficiente para desarmar o tipo específico de acusação de petição de princípio que delineamos.

Após essas discussões preliminares, Aristóteles dá início ao argumento elêntico em si. Determinar um recorte exato do mesmo é controverso, já que diversas passagens de IV.4 podem ser lidas como continuações do argumento, como desdobramentos ou elucidações do mesmo, ou como argumentos distintos. Wedin (2000, p. 162), por exemplo, considera que 1006a 28-1007b 18 é um único grande argumento, enquanto Kirwan (1992, p. 90) divide a passagem em

---

partilha ou não dessas características. O que é imediatamente evidente, porém, é que Aristóteles tem em mente um diálogo: a premissa inicial é enunciada por outra pessoa, logo há de haver pelo menos dois participantes na argumentação. Para os propósitos desta dissertação, não pretendemos nos pronunciar sobre o grau em que essa argumentação se assemelha aos procedimentos descritos nas obras dialéticas de Aristóteles.

<sup>17</sup> Comentando 1006a 15-18, o autor escreve: “O sentido dessa passagem parece-me ser este: Quem quiser demonstrar a lei da contradição cometerá o erro da petição de princípio e a demonstração será falsa. Sendo, porém, um outro o responsável por esse erro, então será possível um *elenchus* – e tudo estará em ordem. Eu não compreendo o que se pretende dizer com isso.” (ŁUKASIEWICZ, 2005, p. 9, trad. Raphael Zillig).

<sup>18</sup> Referindo-se à objeção de Łukasiewicz, Code escreve: “Sua crítica é invalidada pelo fato de que ele não observa que uma prova elêntica, diferentemente de uma prova propriamente dita, não precisa explicar a conclusão.” (CODE, 1986, p. 347, tradução nossa).

três partes. De nossa parte, consideraremos que o cerne do argumento elêntico se encontra entre 1006a 28 e 1006b 34,<sup>19</sup> e que as discussões subsequentes são relacionadas a ele, incluindo desdobramento de premissas e antecipações de objeções, mas não compõem seu corpo principal.

De início, então, Aristóteles escreve:

O princípio contra todos os argumentos desse tipo não é exigir que o adversário afirme que algo é ou não é o caso (pois alguém poderia julgar que isso já é postular no princípio), mas exigir que o adversário ao menos queira dizer algo para si mesmo e para outro; e isto é necessário, se ele pretende dizer algo com sentido; pois, se ele não o pretendesse, não haveria argumentação com um tal tipo, nem dele mesmo consigo mesmo, nem com outro. (*Metafísica* IV, 1006a 18-23, trad. Lucas Angioni)

A preocupação com a acusação de petição de princípio retorna, mas dessa vez de outro modo: a preocupação não é que o PNC é implicitamente presumido na estrutura da demonstração, mas que ele é implicitamente presumido na afirmação de uma sentença declarativa qualquer. Isso porque uma afirmação de que algo é ou não é o caso, diferentemente da enunciação de um termo simples, pretende relatar algo sobre o mundo e, portanto, tem valor de verdade. Isso o Estagirita escreve em *De Interpretatione*:

Assim como alguns pensamentos na alma não são verdadeiros nem falsos enquanto outros são necessariamente ou verdadeiros ou falsos, assim também são os sons enunciados. Pois verdade e falsidade dizem respeito a combinação e separação. Então nomes e verbos neles mesmos — por exemplo “homem” ou “branco” com nada mais adicionado — são como os pensamentos que não têm combinação ou separação; pois até então eles não são verdadeiros nem falsos. (*De Interpretatione*, 16a 9-16, tradução nossa)<sup>20</sup>

Em contextos usuais, uma implicação trivial da afirmação de uma sentença verdadeira qualquer é que a sua negação é falsa. Por isso, um interlocutor sagaz, antecipando os próximos passos argumentativos de Aristóteles, recusaria a demanda por uma afirmação desse tipo. Sabendo, porém, que um termo simples por si só não tem valor de verdade, e que o silêncio

---

<sup>19</sup> Nosso recorte equivale à versão “encurtada” de qual Wedin trata em *The Scope of Non-Contradiction* (1999, p. 231). Consideramos 1006b 34 a conclusão do argumento porque é nessa linha que uma instância do PNC aparece explicitamente pela primeira vez, a saber: “não é possível que seja simultaneamente verdadeiro dizer que uma mesma coisa é homem e não é homem.” Zingano (2003) também opta por esse recorte do argumento.

<sup>20</sup> Tradução a partir do inglês de J. L. Ackrill (1975).

completo configuraria uma renúncia, o mesmo interlocutor mais facilmente aceitaria um pedido pela enunciação de uma denominação qualquer, desde que seja significativa.

Poder-se-ia objetar que Aristóteles atribui ao seu interlocutor hipotético posições pouco caridosas e convenientemente peculiares. Ao ameaçar a acusação de petição de princípio perante o pedido pela afirmação de uma sentença declarativa, esse mesmo interlocutor pareceria estar tacitamente concedendo a tese de que uma implicação de uma afirmação verdadeira é a falsidade de sua negação. Por que, afinal, um suposto dialeteísta permitiria essa inferência? Sem dúvida, dialeteístas contemporâneos não hesitariam em afirmar uma proposição verdadeira mesmo crendo que sua negação também é verdadeira, já que naturalmente negariam que a falsidade da negação de uma proposição pode ser validamente inferida da verdade da mesma proposição. Devemos manter em mente, porém, que os adversários históricos de Aristóteles defendiam posições atribuídas a filósofos da natureza como Heráclito (1005b 23),<sup>21</sup> que aparentemente sustentavam versões do dialeteísmo mais fortes que a sua iteração contemporânea<sup>22</sup> e atreladas a teses metafísicas mais abrangentes. Essas últimas, se suficientemente radicais, plausivelmente poderiam motivar a recusa da possibilidade de afirmar, sem qualificação, que algo é ou não é o caso.

Se essa fosse a única defesa contra essa objeção, a argumentação de Aristóteles se revelaria muito limitada, já que seria restringida a uma espécie bastante peculiar de dialeteísmo. Felizmente, para Aristóteles, esse não é o caso. O ponto mais saliente contra a objeção delineada acima não é a contextualização histórica que fizemos, mas o fato de que Aristóteles não justifica o passo inferencial da afirmação de uma sentença à impossibilidade de sua negação com base no PNC, mas com base nas condições de significação de um termo. Antes de explicar esse ponto, vejamos como Aristóteles extrai da enunciação de um termo simples uma sentença declarativa. Após escrever que, se o interlocutor ao menos afirmar uma denominação

---

<sup>21</sup> Aristóteles tem o cuidado de escrever que a suposta doutrina dialeteísta atribuída a Heráclito é aquilo que “alguns julgam que Heráclito afirmava” (1005b 23-24), e devemos ser similarmente cuidadosos em nosso tratamento desse e outros adversários históricos do Estagirita. É difícil, em primeira instância, compreender qual era o pensamento dos filósofos pré-socráticos, e, além disso, como Aristóteles recebeu esses pensamentos e como ele os interpretava. Por isso, não nos propusemos a examinar essa dimensão histórica da discussão, exceto para acentuar que não podemos presumir que as prováveis respostas de dialeteístas contemporâneos à argumentação aristotélica seriam compartilhadas por seus adversários históricos. Para um tratamento dessa questão, ver Coren (2018, p. 45-51).

<sup>22</sup> Enquanto dialeteístas contemporâneos sustentam que ao menos uma contradição é verdadeira, os adversários históricos de Aristóteles, segundo a reconstrução aristotélica de suas visões, pareciam defender que todas as contradições são verdadeiras.

significativa, “poderá haver demonstração, pois já haverá algo definido (*ὀρισμένον*)” (1006a 23), Aristóteles continua:

Primeiramente, então, é evidente que isto, ao menos, é em si mesmo verdadeiro: que uma denominação significa ser (ou não ser) tal e tal coisa, de modo que não é possível que tudo se comporte assim e não assim. (*Metafísica* IV, 1006a 28-30, trad. Lucas Angioni)

Se o significado de uma denominação consiste em ser ou não ser tal e tal coisa, nosso interlocutor, tendo se comprometido com a significação da denominação que enunciou, haveria de se comprometer, também, com uma afirmação que diz aquilo que o termo enunciado é. Isso seria nada mais que uma explicitação dos comprometimentos já admitidos na enunciação de uma denominação significativa. Essa afirmação parece ser equivalente ao “algo definido” mencionado anteriormente, tendo em vista que um tipo de definição é “um enunciado do que significa a denominação” (*APo* II.10, 93b 30). A estratégia de Aristóteles parece ser demandar de seu interlocutor assentimento a uma afirmação da definição da denominação inicialmente enunciada.

Essa demanda parece ter ao menos dois propósitos: primeiro, ela impele nosso interlocutor a se comprometer com uma afirmação de que algo é ou não é o caso, já que uma definição, diferentemente de uma mera denominação, é uma sentença declarativa e não um termo simples.<sup>23</sup> Em segundo lugar, ela faz com que ele não possa, em seguida, negar essa mesma afirmação sem antes descumprir um dos critérios da demanda que iniciou o argumento: de que “o adversário ao menos queira dizer algo para si mesmo e para outro (*καὶ ἄλλῳ*)” (1006a 20-21). Isso porque essa afirmação é a explicitação do significado do termo enunciado, de tal modo que negá-la destruiria uma condição de significação desse termo. Naturalmente, nada impediria o dialeteísta de alegar entender como significativo um termo “homem” que significa “bípede e não-bípede”, mas seria esse um termo significativo para outrem? A acessibilidade pública e comunicabilidade do significado, critérios compreendidos pela cláusula “*καὶ ἄλλῳ*” da exigência inicial, parecem demandar um grau mínimo de coerência.

---

<sup>23</sup> “Uma definição é uma frase que significa o que era ser. Ela é dada ou como uma frase no lugar de uma palavra ou como uma frase no lugar de uma frase (pois também é possível definir algo significado por uma frase). Mas a respeito daqueles que respondem com uma palavra (qualquer que seja), claramente eles não estão dando a definição do sujeito, pois toda definição é uma frase.” (*Tópicos* I, 101b37-102a6, tradução nossa com base no inglês de Robin Smith (1997)).

Sendo esse o caso, a demanda pela definição coloca nosso interlocutor em um dilema: ou ele se recusa a oferecer uma definição coerente, e portanto abandona o argumento, ou ele afirma uma definição que cumpre os critérios estabelecidos, munindo Aristóteles de tudo o que ele precisa para levar o argumento à sua conclusão. Presumindo que a segunda opção foi escolhida, Aristóteles escreve:

Ora, se é verdadeiro dizer que algo é homem, é necessário que ele seja animal bípede (pois era isso que “homem” significava); e, se isso é necessário, não é possível que ele mesmo não seja animal bípede (pois “ser necessário” significa isto: ser impossível não ser); portanto, não é possível que seja simultaneamente verdadeiro dizer que uma mesma coisa é homem e não é homem. (*Metafísica* IV, 1006b 29-33, trad. Lucas Angioni)

Esse resultado, presumidamente, poderia ser generalizado, já que o mesmo procedimento poderia ser repetido para qualquer termo enunciado pelo interlocutor hipotético do argumento. Assim, uma espécie de refutação da posição dialeteísta teria sido alcançada, utilizando apenas afirmações enunciadas ou assentidas por um interlocutor que supostamente nega o PNC.

Se a nossa reconstrução do argumento elêntico está correta, então a força que carrega o argumento à sua conclusão advém das implicações lógicas e pragmáticas do assentimento, por parte de nosso interlocutor, a uma afirmação que diz o significado da denominação que ele elencou enunciar. Mas o que exatamente impele esse interlocutor a aceitar essas implicações? Sugerimos anteriormente que elas resultam dos critérios de acessibilidade pública e comunicabilidade do significado. Se esse for o caso, a cogência do argumento depende de quão restritamente interpretamos a cláusula “καὶ ἄλλω” de 1006a 20-21. Quem é esse “outro”? Seria suficiente, para o cumprimento desse critério, que qualquer indivíduo dê assentimento à significação do termo? Se sim, então o assentimento de um outro dialeteísta impediria o sucesso do argumento. Se, por outro lado, é necessário obter o assentimento de Aristóteles ou de seus alunos, então a acusação de petição de princípio torna-se relevante novamente.

Uma outra alternativa seria tomar o pedido pela definição feito por Aristóteles como um pedido pela definição real, de modo que a explicitação do significado do termo enunciado seria a enunciação da essência da entidade denotada. Então, a consistência dessa definição seria imposta pelo fato de que, na realidade, uma entidade não poderia deixar de ter as propriedades que tem essencialmente, já que propriedades essenciais pertencem ao seu sujeito necessariamente. Porém, essa premissa essencialista parece pressupor o PNC, já que uma

proposição essencialista, se verdadeira, é necessariamente verdadeira e, conseqüentemente, sua negação é impossível. Ademais, o próprio Aristóteles argumenta que a negação do PNC é incompatível com o essencialismo (1007a 20-32). Isso daria margem novamente à acusação de petição de princípio. É sobre essa leitura e acusação subsequente que trataremos ao longo da próxima seção.

## 1.2 O problema da presença do essencialismo no argumento elêntico

A despeito de seu tom predominantemente crítico, a monografia de 1910 de Jan Łukasiewicz foi responsável por uma importante revitalização do debate sobre a defesa aristotélica do PNC, pois motivou a escrita de um grande volume de respostas.<sup>24</sup> Dentre a extensa lista de críticas e objeções que o filósofo polonês direciona a Aristóteles, nos ocuparemos de tratar da suposta imposição de premissas essencialistas ao interlocutor do argumento elêntico. Segundo o autor, Aristóteles impõe a seu interlocutor a seguinte pressuposição:

A pressuposição das demonstrações elênticas, cuja aceitação é forçada sobre o oponente, é a seguinte: seja dada uma palavra que signifique algo unitário em sua essência. Por exemplo, seja dada a palavra “homem” e que ela signifique um animal bípede. (ŁUKASIEWICZ, 2005, p. 10, trad. Raphael Zillig)

Łukasiewicz traça uma distinção entre duas demonstrações elênticas. Cada uma delas lançaria mão da pressuposição delineada acima, mas enfatizando diferentes aspectos da mesma: uma o essencialismo, outra a unidade do significado. Um problema comum a ambas as demonstrações é a imposição injustificada dessa pressuposição ao seu oponente. Ademais, a doutrina essencialista sobre qual resta essa pressuposição parece já incluir o PNC, tendo em vista que são teses metafísicas mais fortes e controversas do que o próprio PNC. Além desses problemas, Łukasiewicz elabora críticas específicas a cada uma das demonstrações, que delinearemos abaixo.

A primeira demonstração, identificada com 1006b28-34, equivale, aproximadamente, à conclusão daquilo que consideramos o cerne do argumento elêntico. Sobre essa passagem, o autor escreve:

---

<sup>24</sup> Para uma discussão mais extensa dessa literatura, ver Lourenço (2013; 2017).

Formulada com precisão e generalizada, esta demonstração reza o seguinte: Com a palavra A designo algo que em sua essência é B. Consequentemente, objeto A é necessariamente um B. Mas se A é necessariamente um B, então é impossível — devido ao significado da palavra “necessariamente” — que ele não seja B. Assim sendo, nenhum A pode ser e não ser B ao mesmo tempo. (ŁUKASIEWICZ, 2005, p. 10, tradução de Raphael Zillig)<sup>25</sup>

Na reconstrução de Łukasiewicz, Aristóteles estaria sustentando que a explicitação do significado de uma palavra constitui a enunciação da essência do objeto por ela referido. Assim sendo, a força da primeira demonstração elêntica decorreria do fato de que as propriedades que pertencem a um objeto essencialmente pertencem a ele necessariamente, de tal modo que não seria possível um objeto deixar de ter suas propriedades essenciais. Consequentemente, seria impossível simultaneamente negar e afirmar a sentença oferecida pelo interlocutor do argumento como o significado da denominação inicialmente enunciada, já que essa sentença seria definição real do que foi denominado.

Além dos problemas comuns à estratégia elêntica como um todo, Łukasiewicz destaca que essa demonstração, se bem-sucedida, só prova o que ele chama de princípio da dupla negação, segundo o qual “se algo é um B, então ele não pode ser não-B” (p. 12). Esse princípio teria assimetrias formais em relação ao PNC que impossibilitariam a inferência da não-contradição a partir dele.

Já o que o lógico polonês denomina a segunda demonstração elêntica é encontrada em 1006b11-22,<sup>26</sup> e por ele reconstruída da seguinte maneira:

Formulada com precisão e generalizada, esta demonstração reza o seguinte: Com a palavra A designo algo que em sua essência é unitário. Consequentemente, o objeto A, que é em sua essência B, não pode ao mesmo tempo em sua essência não ser B, pois de outra forma ele não seria unitário em sua essência. Assim sendo, A não pode

---

<sup>25</sup> Łukasiewicz oferece uma tradução da passagem referida (1006b28-34), reproduzida a seguir na tradução de Zillig: “Se é possível dizer com verdade de algo que é homem, é necessário que esse algo seja um animal bípede; pois era esse o significado da palavra homem. Mas se isso é necessário, então é impossível que o mesmo não seja um animal bípede. Com efeito, ser necessário significa a impossibilidade de não ser. Por conseguinte, não é possível dizer com verdade ao mesmo tempo que o mesmo é e não é homem (e, portanto, animal bípede).” (ŁUKASIEWICZ, 2005, p. 10, trad. Raphael Zillig)

<sup>26</sup> Nota-se que, curiosamente, a chamada segunda demonstração encontra-se em uma posição no texto aristotélico anterior à demonstração identificada como a primeira. De nossa parte, não encontramos no texto de Łukasiewicz justificação desta decisão interpretativa.

ao mesmo tempo ser e não ser B em sua essência. (ŁUKASIEWICZ, 2005, p. 11, tradução de Raphael Zillig)<sup>27</sup>

Enquanto a força da primeira demonstração supostamente restaria sobre o estatuto modal de necessidade da predicação essencial na qual constitui a definição real do termo enunciado, esta segunda lançaria mão da unidade da essência do objeto significado. Essa unidade se dá de dois modos: primeiro, cada objeto possui uma e apenas uma essência, entendida como uma expressão que diz o que é o ser para esse objeto; segundo, uma sentença predicativa cujo predicado é a essência de seu sujeito é unitária porque constitui uma afirmação de identidade, isto é, o sujeito da predicação nada mais é, em sua natureza, do que aquilo que está contido no predicado.

O principal problema específico identificado nessa demonstração por Łukasiewicz é o da restrição do escopo do argumento. Ao lançar mão de aspectos das predicções essenciais, Aristóteles estaria restringindo sua prova somente às substâncias e às suas propriedades essenciais, deixando em aberto a possibilidade de predicções contraditórias que atribuem propriedades acidentais a sujeitos que não são substâncias.<sup>28</sup>

As críticas específicas traçadas por Łukasiewicz são, com efeito, dissolvidas por reconstruções dos argumentos mais cuidadosas do ponto de vista formal e mais atentas aos detalhes do texto aristotélico. Michael V. Wedin (1999, 2000) oferece uma reconstrução do argumento traçado entre 1006b11 e 1006b34 segundo qual sua conclusão é simplesmente uma instância do PNC, a partir do qual a prova pode ser generalizada e seu escopo estendido. O primeiro passo, pautado tão somente no uso de todas as evidências textuais, é suficiente para desarmar a primeira objeção de Łukasiewicz, enquanto a sua segunda objeção requer um tratamento mais trabalhoso, desenvolvido em seu artigo de 1999. Edward Halper (1984) também elabora uma estratégia para a expansão do escopo do argumento às não-substâncias, pautada na observação de que esses entes também têm essências (p. 370-371).

---

<sup>27</sup> A tradução da passagem referida (1006b11-22), no texto, é a seguinte: "Seja dada uma palavra que signifique algo e que seja algo unitário. Não é possível que ser homem signifique o mesmo que não ser homem, na medida em que a palavra homem signifique algo unitário. Assim, apenas por homonímia um e o mesmo pode ser e não ser, como quando aquilo que nós denominamos homem, outros queiram denominar não-homem. Mas a questão não é se um e o mesmo pode ao mesmo tempo ser denominado homem e não-homem, mas se ele pode sê-lo". (ŁUKASIEWICZ, 2005, p. 11, tradução de Raphael Zillig)

<sup>28</sup> "Na melhor das hipóteses, a lei da contradição teria sido fundamentada apenas para um domínio muito limitado de objetos, a saber, para a essência das coisas ou para a substância. A sua validade para os acidentes permaneceria em questão." (ŁUKASIEWICZ, 2005, p. 12, tradução de Raphael Zillig)

As dificuldades mais gerais, oriundas da suposta pressuposição essencialista por trás da argumentação aristotélica, são mais resistentes. A dificuldade não é, exatamente, que há evidências muito fortes da presença do essencialismo no argumento de Aristóteles. Antes, o problema reside em identificar o que, se não uma premissa essencialista oculta, poderia sustentar a conclusão almejada pelo argumento de 1006a28-1006b34. Isto é: o que, além do essencialismo, poderia fundamentar a impossibilidade do interlocutor do argumento simultaneamente negar e afirmar a expressão dada como a explicitação do significado da denominação que ele enunciou?

Apresentaremos, na seção final deste capítulo, uma estratégia que busca fundamentar essa conclusão tão somente na estrutura da significação em si, sem apelo a pressuposições essencialistas, e em seguida buscaremos fortalecer essa hipótese por meio de sua articulação com uma teoria da definição nominal aristotélica, a ser elaborada ao longo de nosso segundo capítulo.

Antes de apresentar essa estratégia, percorreremos outras alternativas de interpretação, que atribuem ao argumento elêntico outros objetivos que não a prova do PNC e supõem outros públicos-alvo que não os negadores do princípio. Essas interpretações tornam compatível a presença de ao menos algum comprometimento essencialista no argumento com a cogência do mesmo, tendo em vista que ele não seria direcionado a oponentes que explicitamente rejeitam os fundamentos do essencialismo, incluindo o PNC, e não teria o intuito primário de convencer esses supostos dialeteístas sobre a verdade do princípio.

### 1.3 Reinterpretações do objetivo e público-alvo do argumento elêntico

A primeira interpretação alternativa do objetivo do argumento elêntico que examinaremos é uma que foi proposta por Edward Halper em um artigo de 1984 intitulado *Aristotle On The Extension of Non-Contradiction*. Nesse texto, o autor defende que um dos objetivos principais de Aristóteles em *Metafísica* IV.4-8 é a sustentação da tese de que a filosofia primeira investiga todos os seres. Como parte desse esforço, o Estagirita buscaria argumentar que os primeiros princípios dessa filosofia primeira, incluindo, em especial, o PNC, se aplicam a tudo o que existe. Mais especificamente, Halper defende que “a preocupação primária de Aristóteles em IV.4-8 é mostrar como uma entidade deve ser se a não-contradição há de se estender a ela” (p. 369, tradução nossa).

A sua proposta consiste, resumidamente, em interpretar Aristóteles não como pressupondo o essencialismo e inferindo dele a não-contradição, como fez Łukasiewicz, mas como mostrando que a definibilidade é uma condição para a aplicação do PNC a um ente, e argumentando, a partir disso, que todo ente deve ter uma essência. Não se trataria, porém, de uma prova do essencialismo a partir do PNC, mas do estabelecimento da interarticulação necessária entre um princípio lógico, de um lado, e uma doutrina ontológica, de outro. Essa interarticulação serviria o duplo propósito de avançar o projeto metaontológico do livro IV, já que estabelece a extensão universal de um primeiro princípio da ciência do ser enquanto ser, e de mostrar que todos os entes podem ser conhecidos enquanto indivíduos, pois cada um teria uma definição essencial. Em suas palavras:

A questão que Aristóteles enfrenta, então, é: nós conhecemos todos os entes só enquanto entes? Não, responde Aristóteles, pois se esse fosse o caso tudo seria um; existiriam contradições; e não haveria discurso significativo. Consequentemente, cada ente deve ser conhecido não meramente enquanto ente mas também através de sua própria forma essencial; ele deve ser uma natureza. (HALPER, 1984, p. 379, tradução nossa)

Segundo Halper, Aristóteles assume o PNC como verdadeiro em IV.4, tendo em vista que ele consideraria ter demonstrado, em IV.3, que é preciso conhecer o PNC para que seja possível o conhecimento de qualquer outra coisa. Assim, o PNC só aparenta ser a conclusão dos argumentos de IV.4-8, mas figura, de fato, como uma pressuposição de fundo. Em defesa de sua interpretação, o autor escreve:

Um ente deve estar sujeito à não-contradição se para que seja cognoscível. Entretanto, os argumentos de IV.4-8 todos partem da definibilidade para chegar à não-contradição. Ora, se um ente é definível, ele possui uma essência, e é certamente cognoscível. Logo, ao assumir a definibilidade, Aristóteles está assumindo cognoscibilidade — exatamente aquilo que IV.3 afirma que requer a não-contradição. Na superfície, Aristóteles está andando em círculos: ele está assumindo cognoscibilidade (definibilidade) para demonstrar a cognoscibilidade. Entretanto, quando reconhecemos que o ponto de partida real é a não-contradição a dificuldade desaparece. Aristóteles está usando a não-contradição para sustentar a definibilidade, e portanto mostrar a cognoscibilidade. (HALPER, 1984, p. 375, tradução nossa)

De que modo a sustentação da definibilidade se relaciona com o suposto objetivo primário de Aristóteles em IV.4-8, o de mostrar a extensão máxima do PNC? A resposta reside na pressuposição de que um termo significativo significa algo uno. Como ressalta Halper, as formulações do PNC dadas ao longo do livro IV (1005b29-30; 1005b26-27; 1005b19-20) fazem

uso da noção de identidade unitária: atributos contrários não podem pertencer a um mesmo sujeito; um mesmo ente não pode simultaneamente ser e não ser. Logo, para que o PNC seja aplicável à realidade, é necessário que existam nela entes capazes de receber a descrição “um mesmo”, isto é: que são idênticos a si mesmos e unitários em suas naturezas. Ademais, para que o PNC seja universalmente aplicável a tudo o que há, é preciso que todas as entidades existentes sejam dessa forma. Nas palavras de Halper, “que um termo significa um ‘um’ é uma pré-condição para que seja expresso na formulação do princípio” (p. 376, tradução nossa). É dessa pré-condição que Aristóteles extrai, na interpretação de Halper, a definibilidade, pois se um termo denota algo idêntico a si mesmo e unitário em sua natureza, haverá uma descrição que expressa o que esse algo é, na qual constituiria sua essência.

A negação dessa pré-condição resultaria em um universo heraclitiano, em que o discurso inteligível seria impossível (p. 377). Entretanto, Aristóteles pretenderia mostrar que um interlocutor que sustenta essa posição é forçado a abandoná-la se ele há de se submeter à argumentação. Pois, ao cumprir o critério mínimo requerido pelo argumento elêntico, o de enunciar um termo que significa um certo algo, nosso interlocutor já implicitamente assente à definibilidade, da qual pode-se extrair o essencialismo e a cognoscibilidade do objeto denotado pelo termo enunciado. Porém, o objetivo de refutar os negadores do PNC, na interpretação de Halper, seria secundário à tarefa de mostrar a interarticulação entre o essencialismo, a definibilidade e a não-contradição. Assim escreve o autor:

É possível que IV.4-8 apenas pretenda mostrar a conexão próxima entre a definibilidade, as essências, o discurso significativo, e a não-contradição — e ele faz isso — mas o método constante de Aristóteles é o de apontar como a pressuposição de um outro personagem nos permite refutar negações da não-contradição. Ele parece estar pressupondo que a não-contradição é verdade e usando isso para sustentar as pressuposições da definição e essência. (HALPER, 1984, p. 375, tradução nossa)

Apesar de inovadora e interessante do ponto de vista filosófico, a interpretação de Halper enfrenta sérios problemas, começando pelo modo como o próprio Aristóteles apresenta, no início de IV.4, a argumentação que ele traçará ao longo do restante do capítulo. Ele começa por escrever, em referência à argumentação de IV.3, que “acabamos de admitir que é impossível ao mesmo tempo ser e não, e, através disso (*διὰ τούτου*), mostramos que este é o mais firme de todos os princípios” (1006a 2-4). Então, após sustentar que é por falta de formação que alguns demandam que isso (*τοῦτο*) seja demonstrado, ele põe em andamento o argumento elêntico, afirmando que “é possível demonstrar refutativamente até mesmo que isso (*τούτου*) é

impossível” (1006a 11). Se o referente de cada instância de “*τούτου*” nessa passagem for o mesmo, Aristóteles pareceria estar afirmando, primeiro, que a impossibilidade das contradições tinha sido pressuposta em IV.3 na demonstração da firmeza do PNC. Em seguida, ele escreve que ainda há alguns que pedem que essa impossibilidade seja demonstrada. Por último, ele nos diz que isso pode ser feito através de uma demonstração refutativa.

Se essa reconstrução estiver correta, o Estagirita pareceria estar traçando um contraste entre a argumentação elaborada em IV.3 e aquela que começa em IV.4. A primeira teria assumido o PNC como premissa, enquanto a segunda almejaria sustentá-la como conclusão. Assim, ele teria deixado explícito que o objetivo do argumento subsequente é a demonstração da impossibilidade das contradições, por conseguinte invalidando a interpretação de Halper segundo qual o PNC seria uma pressuposição de IV.4-8. Nossa reconstrução requer que o pronome “*τούτου*” seja lido como se referindo à impossibilidade das contradições. Há fortes razões gramaticais para sustentar essa leitura, expostas de modo profícuo por Daniel Lourenço em sua tese intitulada *Não-Contradição: O Mais Firme De Todos Os Princípios*:

Aristóteles utiliza o pronome demonstrativo singular neutro *τοῦτο*, que, na primeira ocorrência, aparece na forma do genitivo *τούτου* (1006a 4), e na segunda, na forma do acusativo *τοῦτο*. Como o pronome deve concordar em gênero com sua referência, a única possibilidade no texto é o termo *ἀδυνάτου* (1006a 3), que se encontra também na forma do genitivo neutro. O termo referido significa a impossibilidade de ao mesmo tempo ser e não ser. Assim, o que Aristóteles está dizendo é que através da admissão disso (*τοῦτο*), dessa impossibilidade, i.e., de ao mesmo tempo ser e não ser, foi mostrado que este (*ἀήτη*) é o mais firme de todos os princípios. O mesmo vale para o pedido do adversário, quando ele demanda que isso (*τοῦτο*) seja demonstrado. (LOURENÇO, 2017, p. 36)

Além disso, há o empecilho de que, como o próprio Halper reconhece, o PNC figura, na superfície do texto, como a conclusão de diversos argumentos em IV.4-8 (1006a 30-31; 1006b 13-14; 1006b 33-34; 1007b 18; 1008a 36-1008b1; 1008b 12-13). Uma interpretação que nos impele a ignorar o que o texto parece dizer em sua literariedade requereria evidências extraordinariamente fortes, o que Halper não oferece.

Diante de todos os esses problemas, o que podemos aproveitar da proposta de Halper? A começar, devemos manter em mente que, apesar de nossa preocupação primária ser uma parte de IV.4, o argumento elêntico, Halper pretende falar sobre um recorte muito mais amplo do livro IV. Levando isso em conta, é não só plausível como provável que Aristóteles esteja perseguindo mais de um objetivo em IV.4-8, tendo em vista a densidade de seus argumentos e a variedade das temáticas abordadas. Assim, embora tenhamos boas razões para ler o argumento que

começa em IV.4 como tendo o objetivo de demonstrar refutativamente o PNC, isso é inteiramente compatível com a presença de outros objetivos em IV.4-8. Em especial, a observação de que Aristóteles está explicitando as conexões entre a definição, a essência, o significado e a não-contradição é pertinente.

Lucas Angioni, em seu artigo de 1999 intitulado *Princípio da Não-Contradição e Semântica da Predicação em Aristóteles* também enfatiza esse aspecto da discussão de IV.4, mas lê Aristóteles como mostrando a interarticulação necessária entre o PNC e a sua semântica da predicação, que tem como traço fundamental a distinção entre substâncias e concomitantes enquanto categorias predicativas. Essa distinção seria um aspecto necessário da estrutura lógico-ontológica que fundamenta a possibilidade do discurso significativo que pretende relatar algo sobre o mundo. A recusa de respeitar essa estrutura, então, impossibilitaria a distinção entre sujeito e predicado e, em última instância, à apreensão de identidades individuais, comprometendo o negador do PNC com uma visão de mundo indistinta e incompreensível. Esse aspecto da interpretação de Angioni ecoa a preocupação de Halper com um “mundo heraclítico” em que o discurso inteligível é impossível, e é similarmente pautada na demanda de Aristóteles que seu interlocutor signifique algo uno.

Além disso, Angioni também adiciona, em seu comentário de 2009, que a negação do PNC faz com que o interlocutor do argumento elético cometa uma “contradição performática” (p. 47). Isso pois ele se pretende a defender uma tese, a negação do PNC, e se submete à argumentação, de tal modo que implicitamente toma como pressuposto que “alguma tese pode ser defendida como verdadeira, de modo a se apresentar como apenas verdadeira e não também simultaneamente falsa” (p. 47). Mesmo antes desse momento na argumentação, a pretensão do dialeteísta de enunciar algo com significado já acarretaria uma contradição desse tipo, já que inerente à teoria semântica de Aristóteles é a associação de um nome a uma noção, de tal modo que já é suposta uma relação proposicional coerente entre esses dois itens (p. 46).<sup>29</sup>

Esses pontos lançam mão de aspectos de teorias aristotélica que provavelmente não seriam compartilhados pelo interlocutor do argumento elético. Ademais, um negador do PNC

---

<sup>29</sup> “Assim, a própria enunciação de um nome x, supondo-se que ele é realmente um nome, já comporta ou ao menos já pressupõe implicitamente uma relação proposicional entre o nome e certas noções, e essa relação tem propriedades lógicas precisas: mesmo se tal relação não for necessária, mesmo que as noções pelas quais se explicita o sentido de um nome possam variar, em certos contextos, sem acarretar mudanças em suas propriedades denotativas, é certo que, no contexto de uma mesma proposição, se tal e tal noção foi associada ao nome, necessariamente tal e tal noção não poderá ao mesmo tempo não ser associada ao mesmo nome.” (ANGIONI, 2009, p. 46)

difícilmente seria impelido a abandonar sua posição para evitar a acusação de ter cometido uma contradição performática, já que ele aceita, ou pelo menos não rejeita universalmente, contradições de qualquer tipo. Entretanto, independentemente do que seria ou não convincente para um dialeteísta, essas discussões demonstram que o PNC deve ser pressuposto para compreender outras noções fundamentais. Desse modo, o tratamento de Angioni reivindica, em certa medida, a sugestão de Halper de que Aristóteles estaria mostrando “a conexão próxima entre a definibilidade, as essências, o discurso significativo, e a não-contradição.” Temos evidências suficiente para afirmar que, ao menos, essa é uma das tarefas que ocupa Aristóteles em IV.4. Outra sugestão promissora feita por Halper é a identificação de uma preocupação metaontológica no tratamento aristotélico do PNC em IV.4-8. O autor notou acertadamente, ao nosso ver, que uma motivação de fundo que impulsiona as discussões do Estagirita sobre o princípio é uma disputa entre concepções de filosofia primeira e sobre o que deve contar como primeiro princípio dessa disciplina. Isso é evidenciado pela menção aos filósofos pré-socráticos logo no primeiro capítulo do livro, onde Aristóteles diz que “também os que procuravam os elementos dos entes procuravam esses princípios” (1003a 30-31). A conexão com esses filósofos perpassa o livro IV, ao passo em que o Estagirita faz referência, dentre outros autores antigos, a Heráclito (1005b 26), Anaxágoras (1007b 25) e Protágoras (1007b 23). Parte do que parece estar em jogo nesse debate é que os autores referenciados não só negam o PNC como uma proposição *simpliciter*, mas falham em reconhecê-lo como um primeiro princípio metafísico e, conseqüentemente, em reconhecer a concepção aristotélica da filosofia primeira como a correta.

Mas se pretendemos mobilizar a interpretação de Halper em defesa às objeções de Łukasiewicz, não basta que ele tenha identificado outros objetivos em adição à demonstração do PNC presente em IV.4-8. Antes, é necessário que o PNC realmente não seja a conclusão almejada por Aristóteles, já que, caso contrário, a presença do essencialismo na argumentação permaneceria problemática, pois Aristóteles ainda estaria inferindo o PNC de pressuposições que o contém implicitamente. Porém, vimos que há dificuldades textuais obstruindo uma interpretação alternativa do objetivo do argumento elêntico. Há alguma maneira de contorná-las? Uma possibilidade é uma estratégia desenvolvida por Alan Code, em seu *Metaphysics and Logic* de 1999. Neste artigo, Code distingue o argumento elêntico do que ele denomina o argumento meta-elêntico, da seguinte forma:

Aqui eu distingo o que eu chamarei de argumento meta-elêntico do argumento elêntico em si. O argumento elêntico é um argumento direcionado a um oponente do PNC, e ele parte de premissas aceitas pelo oponente do PNC para chegar à sua conclusão. O argumento meta-elêntico é uma reflexão sobre esse argumento elêntico, e estabelece a seguinte tese: se o oponente do PNC há de significar algo, então ele se comprometerá com o fato de que o PNC governa aquilo que ele significou, no sentido de que seria impossível que o contraditório daquilo que ele significou fosse verdadeiro se aquilo que ele significou é verdadeiro. (CODE, 1999, p. 179-180, tradução nossa)

O assentimento às premissas pelo interlocutor do argumento, então, seria um requerimento apenas do argumento elêntico em si, não do argumento meta-elêntico. Nessa reconstrução, o argumento elêntico em si se equivaleria, com efeito, ao diálogo hipotético ocorrendo entre o suposto dialeteísta e o defensor do PNC, onde seria legítimo apenas o uso de premissas aceitas por esse interlocutor e cuja conclusão seria extraída delas. O argumento meta-elêntico, por sua vez, consistiria naquilo que nós como leitores, e, plausivelmente, os alunos de Aristóteles, concluímos a respeito desse diálogo. Segundo Code, o que Aristóteles pretende que nós apreendamos de nossa reflexão sobre o argumento elêntico é que a possibilidade do pensamento e discurso significativo requer conformidade ao PNC (p. 180).

Essa estratégia interpretativa inaugurada por Code torna possível mais respostas às objeções de circularidade e petição de princípio direcionadas ao argumento elêntico. Razão disso é que seria perfeitamente legítimo, por parte de Aristóteles, presumir que seus leitores ou alunos aceitariam premissas rejeitadas por um negador do PNC. Logo, conclusões que requerem premissas desse tipo podem ser atribuídas à dimensão meta-elêntica do argumento, deixando ao argumento elêntico de primeira ordem, por assim dizer, os resultados mais modestos, mas consistentes com comprometimentos que podem ser extraídos de um dialeteísta. Ademais, essa divisão torna mais plausível a atribuição de objetivos alternativos ao argumento, já que a presença do PNC na conclusão do argumento elêntico não necessariamente condiz com as conclusões que nós, leitores, devemos extrair do argumento em seu nível meta-elêntico.

De fato, a aplicação dessa abordagem favorece muito a proposta de Halper: mesmo que o PNC apareça como conclusão e seja explicitamente identificado como o objetivo do argumento elêntico em si, é possível que ele figure como uma premissa no argumento meta-elêntico. Em especial, Aristóteles provavelmente estaria justificado em presumir que seus leitores e alunos aceitam a verdade do PNC e, até mesmo, a sua indemonstrabilidade, considerando que esses teriam estudado os *Analíticos* (1005b 4-5), diferentemente de seu oponente no argumento elêntico, que não tem formação analítica (1005b 4). Assim, a sugestão

de Halper de que a argumentação de Aristóteles pressupõe a não-contradição faz mais sentido, ao menos no que se refere ao argumento elêntico.

Alan Code também atribui a IV.4 outro objetivo que não a demonstração do PNC, mas o faz em seu nível meta-elêntico. Especificamente, o autor defende que a conclusão do argumento meta-elêntico é que é impossível significar algo que não se conforma ao PNC, e que essa conclusão é usada para sustentar a tese de que todos devem acreditar no PNC (p. 180). Desse modo, o argumento de IV.4 seria contínuo com a argumentação desenvolvida em IV.3, no sentido em que ambos buscam estabelecer a firmeza epistemológica do PNC. Code expôs essa interpretação pela primeira vez em um artigo de 1984, em que escreveu o seguinte:

A conclusão do argumento elêntico supostamente seria o PNC, mas as suas premissas não oferecem razão suficiente para essa conclusão. O fato de que a aceitação do PNC é um requisito para o pensamento significativo não é a razão pela qual o PNC é verdadeiro. Mas Aristóteles não está tentando mostrar o porquê do princípio ser verdadeiro. Ele está empenhado em mostrar porque ele deve ser aceito como verdadeiro. Ao mostrar porque eu devo aceitá-lo, ele não está me dando uma razão para aceitá-lo (eu devo aceitá-lo sem uma razão). Ele está me dando uma razão pela qual deve ser o caso que eu, ou qualquer outro engajado em pensamento ou discurso significativo, o aceite. (CODE, 1984, p. 356, tradução nossa)

Se a interpretação de Code estiver correta, o verdadeiro propósito do argumento elêntico não é convencer um negador do PNC sobre a verdade do princípio, mas mostrar que a negação do princípio resultaria na dissolução da possibilidade do pensamento e da linguagem, de tal modo que um interlocutor não poderia se submeter ao argumento sem implicitamente aceitar o PNC. Esse argumento sustentaria o estatuto do PNC como o princípio mais firme, pois mostraria que até mesmo aqueles que alegam negar o PNC devem, necessariamente, aceitá-lo. Essa leitura do propósito do argumento pode ser compatível com o fato de que, na superfície literal do texto, a sua conclusão é o PNC, porque é plausível que o resultado mais interessante do mesmo, para Aristóteles, resida em seu nível meta-elêntico.

Montgomery Furth, em um artigo de 1986 bastante favorável à proposta de Code, adiciona à lista de propósitos alternativos da argumentação de IV.4 duas “tendências elênticas” (p. 375), a saber: mostrar que é impossível negar o PNC e que a sua negação acarretaria diversas outras impossibilidades e pronunciamentos ininteligíveis (p. 376). Tendo em vista que essas impossibilidades incluiriam a destruição das essências (p. 379) e da distinção entre substância e concomitante (p. 381), a leitura de Furth estaria também em consonância com a sugestão de Halper de que Aristóteles estaria buscando mostrar as conexões entre a não-contradição, o

significado, a essência e a definição; e também com a análise de Angioni, segundo qual evidenciar a articulação necessária entre o PNC, o essencialismo e a semântica da predicação aristotélica seria o objetivo primário de IV.4.

Outra interpretação que merece nossa consideração é uma apresentada por Timothy Clarke, em seu *Who Needs a Proof of the Principle of Non-Contradiction?* de 2024. Nesse artigo, Clarke caracteriza a agenda aristotélica em IV.4 como construtiva e não destrutiva, no seguinte sentido: o objetivo de Aristóteles seria mostrar que um argumento em prol do PNC é possível, até mesmo um que utiliza apenas premissas aceitáveis por um interlocutor dialeteísta. Esse argumento cumpriria a demanda por uma demonstração do PNC e mostraria ao negador do princípio que, dado os seus comprometimentos semânticos básicos, ele deveria aceitá-lo. Entretanto, esse argumento não pode alcançar, ou ao menos não pode garantir, o convencimento desse interlocutor hipotético. Razão disso é que um dialeteísta, em virtude de seu dialeteísmo, sempre teria a opção de aceitar, também, o contraditório da conclusão de um argumento, mesmo que aceite também a sua afirmação. Embora tentativas de destruir o dialeteísmo, por assim dizer, sejam “quixotescas” (p. 710), algum progresso filosófico ainda será possível se nosso oponente apenas se submeter ao argumento e pronunciar algo com sentido. Assim explica Clarke:

A afirmação [de Aristóteles] é que é possível estabelecer o PNC por via de um argumento que não comete petição de princípio e cujas premissas até um oponente do princípio aceitará. O que torna isso possível é que estamos pressupondo um oponente que está preparado a conversar conosco. Como Aristóteles os caracteriza: ‘enquanto eles destroem o argumento, eles se submetem ao argumento’. Seu ponto é que apesar deles ocuparem uma posição que é prejudicial para a prática do debate racional, eles estão, mesmo assim, dispostos a participar nesse debate. Isso carrega um comprometimento com o discurso significativo, e a prova elêntica funciona por meio da extração das implicações do reconhecimento por parte deles de que as suas palavras têm significado. (CLARKE, 2024, p. 711, tradução nossa)

Clarke, então, não nega que o argumento elêntico é uma tentativa de demonstrar o PNC, mas ele interpreta essa empreitada de modo sutilmente diferente do usual: não se trataria de convencer aqueles que negam o princípio, nem de provar que o dialeteísmo é falso. Antes, o propósito da elaboração dessa demonstração seria o cumprimento da demanda por uma prova do princípio. Essa prova ofereceria razões realmente sólidas para sustentar o princípio, mas Aristóteles reconheceria que aqueles que negam o PNC são, em sua maioria, insensíveis a razões desse tipo, e que aqueles que já o aceitam não precisam de razões. O único tipo de dialeteísta que mudaria de posição diante do argumento elêntico seria aquele que nega o PNC

justamente porque ele não pode ser demonstrado (p. 710). Essa descrição do argumento ecoa a distinção traçada por Code entre razões para crer no PNC e razões pelas quais deve ser o caso que o interlocutor do argumento já deve, implicitamente, aceitar o PNC. Para Clarke, o argumento elêntico oferece razões do segundo tipo, sem ilusões de que seria possível oferecer razões do primeiro tipo reconhecidas por um dialeteísta.

Como devemos avaliar as interpretações analisadas ao longo desta seção? Em particular, como elas respondem às acusações de Łukasiewicz de petição de princípio e presença do essencialismo no argumento elêntico? A começar, elas não foram necessariamente elaboradas como respostas às objeções do polonês; evidências textuais e razões filosóficas independentes motivam cada uma delas. Não obstante isso, elas podem mobilizadas para dirimir essas críticas. Empregadas dessa maneira, as mesmas interpretações certamente conseguem tornar não problemática a presença de comprometimentos essencialistas em IV.4. Primeiramente, a acusação de petição de princípio não se sustentaria, mesmo que o essencialismo de fato pressuponha o PNC e que o argumento elêntico pressuponha o essencialismo, já que o que está em jogo não seria mais a verdade do princípio. Além disso, essas pressuposições não seriam mais impostas ao interlocutor do argumento se adotarmos a proposta de Code de introduzir um registro meta-elêntico. Nesse registro, as crenças de fundo relevantes seriam aquelas compartilhadas pelos leitores e alunos de Aristóteles, e dessa audiência seria perfeitamente legítimo assumir assentimento ao PNC e, em alguma medida, ao essencialismo.

Na seção que se segue, apresentaremos uma alternativa interpretativa que, em alguns aspectos, vai de encontro com aquelas que examinamos até então, mas, em outros, se afasta delas. As interpretações que denominaremos semânticas se aproximam das que vimos ao longo desta seção na medida em que essas últimas enfatizam a interconexão entre a definição, o significado e não-contradição, e a insistência de Aristóteles de que a conformidade ao PNC é necessária para a possibilidade do discurso inteligível. Elas diferem dessas, porém, no que diz respeito ao essencialismo: na leitura semântica do argumento, nenhuma noção de essência é necessária para que a conclusão do argumento elêntico seja alcançada.

#### 1.4 Interpretações semânticas do argumento elêntico

Enquanto Łukasiewicz identifica na argumentação aristotélica de IV.4 a imposição ilícita de premissas essencialistas que pressupõem sua conclusão, e autores como Halper e Code

sustentam que a presença do essencialismo nos argumentos, na medida em que realmente existe, deixa de ser problemática se levarmos em conta os objetivos que Aristóteles de fato tinha ao elaborá-los e o público-alvo a quem eles são realmente direcionados, os autores dos quais trataremos a seguir defendem, por sua vez, que a percepção do essencialismo nesses argumentos é ilusória.

Começemos, então, pela interpretação de Marco Zingano, elaborada no artigo *Notas Sobre o Princípio da Não-Contradição em Aristóteles* de 2003. Após apresentar sua reconstrução do argumento elêntico, bem como notas sobre sua influência no mundo filosófico antigo, Zingano identifica o momento em que, tradicionalmente, é lido um apelo a uma premissa essencialista: a linha 1006a 24-25, onde Aristóteles escreve que uma demonstração seria possível porque ele haveria obtido “algo determinado” de seu interlocutor (p. 19). Segundo a leitura essencialista, um algo ser determinado seria equivalente a ter uma essência, delimitada por uma forma que garantiria que o ente em questão é, de fato, esse certo algo e não algum outro. Entretanto, essa interpretação tornaria inescapáveis as objeções de Łukasiewicz, atribuindo a Aristóteles a falácia de petição de princípio. Com o intuito de evitar essa consequência, Zingano escreve:

Na verdade, Aristóteles não recorre de modo algum às suas quididades, mas a algo que todos devemos aceitar, adotemos ou não o essencialismo, a saber, o seguinte postulado de todo discurso apofântico: se um termo significa algo, então significa de um modo só, isto aqui, por exemplo, o que faz uma escolha que exclui outras possibilidades. Obviamente tal postulado é compatível e fortemente favorável à tese essencialista, mas ainda não é a expressão de quididades, pois este único modo que é significado por um termo pode ser perfeitamente estipulado com base em nossas necessidades ou veleidades, sem que nada corresponda a ele de fato no mundo (como é o caso de quimeras, que significam algo, mas também, sob outras condições, zainos ou baios – o que existe são cavalos). (ZINGANO, 2003, p. 20)

A afirmação de que expressões podem ser significativas sem capturar algo no mundo está respaldada em *De Interpretatione* 16a 16,<sup>30</sup> em que Aristóteles escreve que até mesmo nomes de entidades fictícias, como “bode-cervo”, têm significado, e também em *APo* II.7 92b 29,<sup>31</sup> onde é afirmado que não-entes também têm significado. A determinação do significado, então, pode ser divorciada até mesmo da existência do objeto putativamente denotado pelo

---

<sup>30</sup> “[...] Sinal disso é que mesmo ‘bode-cervo’ significa algo, mas não, ainda, algo verdadeiro ou falso, a não ser que seja adicionado ‘é’ ou ‘não é’” (*De Interpretatione*, 16a 16, tradução nossa com base em Ackrill (1975)).

<sup>31</sup> “[...] Pois é possível que também os não-entes tenham um significado.” (*Segundos Analíticos* II, 92b 29, trad. Lucas Angioni)

nome, e conseqüentemente também da posse por parte do mesmo de uma essência. Então, se Aristóteles tem em mente apenas a determinação do significado, a acusação da pressuposição do essencialismo no argumento seria completamente infundada. Ele estaria demandando apenas que algo seja dito de modo determinado, não que de fato o seja (p. 21).

Essa leitura invalida, também, a acusação de Łukasiewicz de que Aristóteles estaria se apoiando na unidade da essência do objeto referido. O erro do polonês, segundo a interpretação de Zingano, consiste na leitura equivocada da condição de unidade da significação requerida. Aristóteles demanda, em 1006b 11, que seja admitido que uma denominação significa uma só coisa (*σημαῖνον ἓν*), e havia advertido que não significar algo uno equivaleria a não significar nada (1006b 7). Łukasiewicz teria lido essa demanda como requerendo a significação de um algo que é, em si, único, mais especificamente: algo cuja natureza é unitária. Em contramão, Zingano insiste que tudo o que é requerido por essa condição é que a referência da palavra seja limitada, isto é: que o termo enunciado tenha apenas um sentido, mesmo que esse seja estipulado arbitrariamente.

Entretanto, o que, então, impediria nosso interlocutor dialeteísta de afirmar que o termo enunciado por ele tem um significado contraditório? Seria a mera estipulação arbitrária? A resposta, para Zingano, reside na adição do critério da verdade, introduzido em 1006b 28 e recorrente na conclusão do argumento, em 1006b 34. Segundo o autor, nosso oponente bem poderia dizer que algo é e não é simultaneamente, mas não poderia fazê-lo de modo verdadeiro (p. 29). Poder-se-ia objetar, porém, que essa condição novamente constitui uma petição de princípio, na medida em que introduz uma noção de verdade e, portanto, de correspondência entre linguagem e o mundo. Estaria Aristóteles pressupondo que a realidade se conforma ao PNC, e, conseqüentemente, que o discurso verdadeiro também deve ser consistente? A resposta de Zingano é negativa. Aristóteles estaria demandando apenas uma coesão intralinguística, restringindo a extensão de sua demanda apenas ao domínio do discurso. Assim explica Zingano:

Dizer com verdade *a*, *a* sendo um termo (o que Aristóteles propõe por *σημαίνειν* ou *λέγειν τι*), não tem como condição que o mundo seja de um certo modo, mas somente que eu mantenha com coerência o que entendo por *a* ao longo de meu discurso. Manter com coerência o que entendo por *a* supõe que a significação faça um certo recorte entre diversas possibilidades (o que Aristóteles propõe por *σημαίνειν ἓν*), e os limites deste recorte é aquilo de que se necessita para barrar a absoluta falta de limites em que cai aquele que nega o princípio de não contradição. (ZINGANO, 2003, p. 30)

De nossa parte, não é claro de que modo essa leitura protegeria o argumento da acusação de petição de princípio. Se, na reconstrução ontológica da condição de verdade, Aristóteles estava pressupondo que a realidade se conforma ao PNC, agora, na leitura semântica, ele pareceria pressupor que o discurso inteligível se conforma ao princípio. Ambas as premissas seriam, do ponto de vista do dialeteísta, igualmente injustificadas. Se, por outro lado, fizermos como sugerimos na primeira seção deste capítulo e respaldemos a coesão do discurso na comunicabilidade e acessibilidade pública do mesmo, novamente estaríamos nos apoiando em critérios de inteligibilidade partilhados apenas por aqueles que já aceitam o PNC.

A despeito desse último ponto, a interpretação de Zingano certamente exige o argumento elêntico da acusação de pressupor o essencialismo. Mas ela o faz mediante um custo: o de localizar a argumentação aristotélica inteiramente no domínio do discurso. Sem dúvida, como vimos em IV.4 1006a 5-10 e ao longo da primeira seção deste capítulo, uma demonstração científica propriamente dita do PNC como um princípio metafísico seria impossível e desnecessária. Entretanto, mesmo a defesa epistemológica da firmeza do princípio, objetivo da versão de Code do argumento, aparentaria estar fora de alcance da reconstrução de Zingano, já que o argumento elêntico semântico só forçaria o dialeteísta a não dizer contradições, mas deixaria em aberto a possibilidade de sua crença privada nelas. Essa deflação da ambição do argumento não é necessariamente um ponto negativo, sobretudo se levarmos em conta que a defesa da firmeza epistemológica do PNC já havia sido traçada em IV.3, e, mais salientemente, se há boas evidências textuais em seu favor.

Mais evidências em favor dessa estratégia interpretativa podem ser encontradas no artigo *Significado e Não Contradição*, escrito em 2007 por Raphael Zillig. Em consonância com Zingano, Zillig interpreta o argumento elêntico como pautado somente na significação, sem lançar mão de noções essencialistas, mas fortalece os argumentos para uma interpretação semântica de vários modos. Em especial, ele enfatiza que a estratégia elêntica permite a utilização apenas de comprometimentos inerentes à demanda inicial de pronunciar algo com sentido (1006a 12-13) e defende, utilizando evidências textuais e etimológicas, que há de fato comprometimentos inerentes a essa demanda suficientes para alcançar a conclusão do argumento.

A começar, Zillig aponta que, do ponto de vista etimológico, “a significação e outras noções aparentadas estão vinculadas às ideias de escolha e demarcação” (p. 100). Em especial, o verbo grego “λέγω” (“dizer” ou “pronunciar”), presente na demanda inicial de que algo seja

dito (*τι λέγει*, 1006a 13), não necessariamente carrega a conotação de indicar algo no mundo extralinguístico. Antes, seu sentido fundamental seria o de juntar ou escolher algo. Similarmente, o verbo “*σημαίνω*” (“significar” ou “indicar”), que figura na condição de que algo uno seja significado (*σημαῖνον ἔν*, 1006b 11), tem o sentido original de marca ou sinal. Por último, o verbo “*ὀρίζω*” (“delimitar” ou “definir”), que compõe o “algo definido” (*ὀρισμένον*) de 1006a 25, significa originalmente “separar por uma fronteira” (p. 111).

Esses apontamentos linguísticos servem, ao menos, dois propósitos na argumentação por uma interpretação semântica da demonstração elêntica. Primeiramente, elas distanciam esses termos de seu uso teoricamente carregado na filosofia. O mais saliente desses é o verbo “*ὀρίζω*”, que, no jargão técnico da filosofia aristotélica, é associado à noção de definição, e, em particular, à enunciação da essência. Nas palavras de Zillig, esse termo é um “cuja acepção técnica insere-se no coração do essencialismo aristotélico (caso em que se pode traduzi-lo por ‘definição de essência’)” (p. 111). Esse distanciamento permitiria a proteção da interpretação contra a introdução de noções essencialistas desnecessárias.

O segundo propósito dessa discussão etimológica é o de estabelecer o quão inerente é a noção de demarcação ao ato de pronunciar algo com sentido. Essa relação estrita, propriamente entendida, proporciona a Zillig uma resposta à objeção que levantamos em relação à reconstrução de Zingano, a saber: por que seria legítimo demandar que o discurso de nosso interlocutor seja coerente, sendo que não poderíamos pressupor que a realidade se conforma ao PNC? Por que, afinal, um dialeteísta convicto não poderia insistir que um termo cuja definição é contraditória permanece perfeitamente significativo? A resposta de Zillig é a seguinte:

Ora, mas se x significa y e não-y, então não se pode, em hipótese alguma, indicar esse algo significado. Ele é como a cerca que nada demarca porque não está fincada no chão. Se o adversário está disposto a manter a distinção entre falar algo e falar nada, ele deve aceitar que esse algo é um algo, ou seja, um algo determinado. Um termo só tem **um** significado quando este é plenamente delimitado. É essa condição, expressa em grego pela passagem de *σημαίνειν τι* (1006a 21) para *σημαίνειν ἔν* (1006a 32), que garante a plena significação não apenas dos termos, mas de toda a linguagem. Essa noção, que adiciona ao resultado negativo (ao mero compromisso de não afirmar a contradição) o necessário ao estabelecimento da não-contradição como fundamento positivo da linguagem, é assim definida por Aristóteles: “Denomino ter um significado isto: se ‘homem’ é isto, se algo for homem, isto será ‘ser homem’”. (ZILLIG, 2007, p. 114-115)

Esse argumento resolve o problema? Ele estabelece, ao menos, razões independentes para sustentar que a adesão ao PNC implicada pela mera estrutura do discurso significativo. Nosso interlocutor dialeteísta poderia, certamente, se manter insensível a essas razões. Mas,

como afirmou Clarke, tentativas de formular o argumento de modo que ele seja convincente para um oponente dialeteísta estão fadadas ao fracasso. De todo modo, a análise de Zillig poder ser mobilizada contra a objeção de arbitrariedade em relação à demanda pela consistência do discurso do interlocutor do argumento elêntico, ao passo em que conecta a não-contradição aos sentidos básicos da terminologia empregada no pedido para que ele significasse algo, condição mínima para submeter-se ao debate.

Ao nosso ver, a estratégia semântica de interpretação do argumento elêntico é promissora no que diz respeito à solução dos problemas exegéticos dos quais temos tratado desde o início deste capítulo. Temos, porém, duas considerações a fazer. Primeiramente, entendemos que aspectos das interpretações examinadas ao longo da seção anterior podem e devem ser compatibilizadas com a leitura semântica do argumento, tendo em vista os ganhos que elas oferecem em termos de poder explanatório e como respostas a questões filosóficas e textuais presentes em IV.4.

Além disso, divergimos em certa medida dos proponentes da interpretação semântica no que diz respeito à relevância da noção de definição ao argumento elêntico. A começar, Zingano tem o cuidado de traduzir o “*ὀρισμένον*” de 1006a 25 como “determinado”, evitando o termo “definido.” Essa decisão está pautada na compreensão da “definição” como “o enunciado que revela a essência ou quiddidade” (p. 30). Zillig, por sua vez, não hesita em empregar a expressão “definição” sem implicações essencialistas (p. 115), mas também entende que, no contexto técnico do essencialismo aristotélico, “*ὄρος*” pode ser traduzido por “definição de essência” (p. 111). Por fim, ele opta por traduzir “*ὀρισμένον*” como “delimitado”, também evitando a associação com a noção de definição.

É certamente correto que “definido” é apenas uma possibilidade dentre as opções de tradução, e que “determinado” e “delimitado” são, de certo modo, opções mais descompromissadas. Entretanto, devemos considerar o contexto em que o termo está inserido. O que é que Aristóteles está chamando de *ὀρισμένον*? Entre 1006a 18 e 1006a 25, o Estagirita parece estar estabelecendo, grosso modo, os passos da estratégia elêntica, passos esses que serão desempacotados em mais detalhes ao longo das linhas subsequentes. Pois bem, o item correspondente a esse “algo delimitado” parece ser aquilo que uma denominação significa (1006a 29), isto é, uma sentença declarativa (“ser ou não ser tal e tal coisa”) dada como a explicitação do significado de um termo simples. Aristóteles descreve a definição em termos muito parecidos. Em *Tópicos* I, ele a define como “uma sentença que significa o que era o ser”

(101b 37);<sup>32</sup> em *APo* II.10, um dos tipos de definição é “um enunciado do que significa a denominação” (93b 30). A primeira descrição é ainda mais relevante quando Aristóteles explicita, logo abaixo, que o algo significado pela denominação “homem” será “o ser para homem” (1006a 32).

Levando em conta esse contexto, consideramos que a definição é, de fato, a noção em jogo em 1006a 25 e ao longo do argumento elêntico. Nós concordamos, porém, que Aristóteles não está se apoiando em sua doutrina essencialista em IV.4. Se almejamos compatibilizar ambas essas posições, precisaremos suprir uma interpretação da definição aristotélica que não tem, necessariamente, implicações essencialistas. Em outras palavras, se a nossa leitura de “ὀρισμένον” estiver correta, torna-se necessário, para sustentar a viabilidade de uma interpretação semântica do argumento elêntico, defender a possibilidade da definição nominal aristotélica. É a essa tarefa que dedicaremos nosso próximo capítulo.

---

<sup>32</sup> Tradução nossa com base em Smith (1997).

## A POSSIBILIDADE DA DEFINIÇÃO NOMINAL EM ARISTÓTELES

### 2.1 Uma interpretação ampliativa da definição aristotélica

Segundo uma interpretação, que pode ser chamada de restritiva,<sup>33</sup> Aristóteles só reconheceria como definições aquelas cujos *definienda* são entidades existentes e cujos *definienda* são propriedades essenciais dessas entidades. Essas definições, denominadas reais, seriam predicções essencialistas verdadeiras, em contraste às definições linguísticas ou nominais, que apenas explicitariam o significado de certas expressões. Essas últimas, segundo essa interpretação, Aristóteles não consideraria definições genuínas. Robin Smith, em sua tradução comentada dos *Tópicos*, apresenta brevemente uma versão dessa interpretação:

Definir, para Aristóteles, não é lexicografia, mas sim uma atividade de maior importância filosófica e científica. Ele reconhece definições que servem apenas para explicar o que uma palavra significa (*Segundos Analíticos* II.10, 93b 30), mas para ele uma verdadeira definição define, não uma palavra, mas a realidade por trás da palavra. (SMITH, 1997, p. 60)<sup>34</sup>

Como Smith reconhece, a interpretação restritiva é dificultada por uma passagem de *Apo* II.10, onde Aristóteles afirma que “é manifesto que um tipo de definição (*ὀρισμός*) será um enunciado do que significa a denominação” (93b 30). Entretanto, proponentes da interpretação restritiva têm recursos para lidar com essa passagem, afirmando, como faz Smith, que esse tipo de enunciado corresponde a descrições nominais semelhantes a (mas distintas das) verdadeiras definições, às quais Aristóteles concede maior peso filosófico e científico. Whitaker

---

<sup>33</sup> Exemplos de interpretações restritivas incluem, em nossa interpretação, as de Smith (1997) e Withtaker (2002) que abordaremos brevemente abaixo, bem como a de Deslauriers (2007), que afirma: “Aristóteles certamente acreditava que era possível formular ‘definições’ (em um certo sentido) de muitos tipos de coisas diferentes, e acreditava que essas formulações seriam úteis em investigações particulares em certas circunstâncias. Mas sua teoria da definição como elaborada por mim claramente identifica a definição imediata como a definição propriamente dita [...]” (p. 211). Pode-se debater quão restritiva cada uma dessas interpretações é, pois todas reconhecem que há, em certo sentido, algo como definições nominais identificadas por Aristóteles. Entretanto, esses autores parecem tratar definições nominais como casos degenerados quase não merecedores do nome “definição”. Em contraste, embora reconheçamos a prioridade epistemológica e ontológica das definições reais, nós defenderemos que definições nominais são tão legítimas quanto as reais, embora não adequadas aos mesmos contextos.

<sup>34</sup> Pode-se objetar que a interpretação de Smith não é assim tão restritiva, pois ele afirma que Aristóteles reconhece definições que não são reais. Porém, ao descrever as definições reais como “verdadeiras definições” (*true definitions*) em contraste às definições que “servem apenas para explicar o que uma palavra significa”, Smith parece atribuir às definições nominais o estatuto de não genuínas, ou definições meramente aparentes.

(2002) defende uma formulação mais forte desta posição, segundo a qual as supostas definições nominais são “frases mascaradas como definições.”<sup>35</sup>

Há, à primeira vista, boas evidências textuais para sustentar essa leitura. Primeiramente, Aristóteles frequentemente descreve a definição usando um vocabulário essencialista, sobretudo na definição de definição, oferecida em *Tópicos* I e repetida ao longo de seu *corpus*, como “uma sentença que significa o que era o ser” (101b 37). Ademais, em *APo* II.7, Aristóteles parece explicitamente considerar e rejeitar a hipótese de que “a definição seria o enunciado que significasse o mesmo que um nome” (92b 26), passagem que pode ser interpretada como uma rejeição das definições meramente nominais.

Defendemos no capítulo anterior que uma condição para a viabilidade das interpretações semânticas do argumento elêntico é que a definição pedida de seu interlocutor possa ser lida como uma definição nominal. Para que essa leitura seja possível, é necessária uma interpretação ampliativa da definição aristotélica, segundo a qual Aristóteles reconheceria definições nominais como definições genuínas e epistemologicamente relevantes. Entretanto, essa interpretação é viável perante as evidências textuais que delineamos acima? Ao longo do presente capítulo, defenderemos que sim.

Nesta primeira seção, realizaremos uma exposição filosófica de nossa interpretação ampliativa da definição aristotélica, isto é: apresentaremos os aspectos conceituais de nossa hipótese, sem ainda adentrar nas questões exegéticas. O restante do presente capítulo, por sua vez, será dedicado a essas questões exegéticas, e, em especial, à análise de duas evidências textuais: *APo* II.7, onde é apresentada uma aporia que pode ser interpretada como uma proibição às definições nominais; e trechos da obra *Tópicos*, onde Aristóteles discute e faz uso de definições que não cumprem os critérios que demarcam definições reais.

Ao longo da segunda seção deste capítulo, elaboraremos uma interpretação de *APo* II.7 segundo a qual Aristóteles não estaria apresentando dificuldades para a possibilidade das definições nominais de modo geral, mas examinando uma estratégia sofisticada pautada na interpretação inadequada do escopo de alguns termos presentes na definição de definição nominal. Concluiremos essa seção com uma breve discussão de *APo* II.10 e sobre o lugar da

---

<sup>35</sup> *Aristotle's De Interpretatione*, p. 210. Essa passagem diz respeito especificamente às supostas definições de nomes de entidades não-existentes, mas Whitaker afirma, de modo geral, que o conceito de definição nominal era estranho a Aristóteles (p. 212).

definição na epistemologia da ciência aristotélica, argumentando que Aristóteles aceita o uso de definições nominais em certos contextos epistêmicos.

Na seção subsequente, examinaremos trechos dos *Tópicos* onde Aristóteles usa e recomenda o uso de definições não-reais. Com base nisso, argumentaremos que o contexto dialético é um daqueles em que as definições nominais são consideradas adequadas.

Por último, revistaremos algumas questões conceituais relacionadas à nossa hipótese à luz das evidências textuais percorridas, e aplicaremos, finalmente, nossa interpretação ampliativa da definição ao argumento elêntico. Defenderemos que ela fornece razões em favor de uma interpretação semântica do argumento, na medida em que apresenta uma estrutura da definibilidade necessariamente coerente que é uma condição de possibilidade para a significação. Argumentaremos que é sobre essa estrutura que Aristóteles se apoia para levar o argumento elêntico à sua conclusão.

Por hora, nos ocuparemos da exposição dos conceitos centrais envolvidos na nossa interpretação ampliativa, a começar pelo modo como empregamos a expressão “definição nominal.” Compreendemos essa denominação como denotando apenas o seguinte: predicções definicionais que estão aquém dos critérios que demarcam definições reais, mas ainda assim atingem um grau mínimo de sucesso definicional. A noção tradicional de definição nominal, bem como as suas diversas acepções contemporâneas,<sup>36</sup> pode carregar implicações teóricas que vão além dessa descrição, com as quais não nos comprometemos e não atribuímos a Aristóteles. Manteremos, entretanto, a terminologia adotada pela tradição e chamaremos essas definições de “nominais”, pois, como defenderemos ao longo do capítulo, as mesmas têm sucesso se dizem o que significa um nome.<sup>37</sup>

Além disso, não afirmamos que “definição nominal” traduz alguma expressão específica encontrada no *corpus* aristotélico. Aristóteles trata de diferentes tipos de definições que não são reais, em diferentes contextos e utilizando um vocabulário conceitual pouco regimentado. Utilizaremos “definição nominal” para nos referir, de modo geral, a todas essas instâncias, mesmo na ausência de uma expressão diretamente correspondente no grego.

Antes de proceder, é necessário também ressaltar que adotaremos duas pressuposições metodológicas ao longo de nosso trabalho. Primeiramente, presumiremos que Aristóteles tem

---

<sup>36</sup> Para uma exposição das acepções contemporâneas da distinção entre definições nominais e reais, ver o verbete *Definitions* da *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Gupta e Mackereth, 2023).

<sup>37</sup> Desse modo, seguimos o uso de Modrak (2010) da expressão “definição nominal” (p. 254).

uma concepção razoavelmente unitária de definição que perpassa todo o seu *corpus*, e com base nisso lançaremos mão de passagens encontradas em diferentes obras para reconstruir o modo como ele concebe a definição de modo geral. Naturalmente, há instâncias em que, por exemplo, aspectos da epistemologia da ciência aristotélica devem ser consideradas ao interpretarmos o tratamento da definição em *APo* II. Ainda assim, trata-se, ao nosso ver, não de uma concepção particular de definição restrita a *APo* II, mas de uma aplicação específica de uma concepção geral. Ademais, presumiremos que há, em princípio, coerência entre aquilo que Aristóteles afirma sobre a definição e o modo como ele as elabora e usa, e que interpretações que dirimem aparentes contradições entre esses dois registros são preferíveis às demais.

Pois bem, uma das motivações para a elaboração de uma interpretação ampliativa é justamente o desejo de dirimir uma aparente inconsistência na obra aristotélica, já que o Estagirita parece aceitar as definições nominais em alguns textos, como em *APo* II.10, ao mesmo tempo em que aparentemente as rejeita em passagens como a supracitada de *APo* II.7. Adicionalmente, a nossa proposta é motivada pela sustentação de uma interpretação semântica do argumento elêntico, que, como defendemos anteriormente, requer uma noção de definição nominal para ser viável. Mas há, também, considerações filosóficas que motivam este projeto.

A começar, é manifesto que pessoas corriqueiramente fazem uso de definições nominais. Na elaboração de dicionários, na comunicação do dia a dia e em diversos outros momentos, são utilizadas definições que não satisfazem os requerimentos mínimos de uma definição real. A interpretação restritiva atribui a Aristóteles uma teoria da definição que não explica por que essas atividades definicionais são úteis ou adequadas em seus contextos. Naturalmente, é possível que Aristóteles considerasse esse uso corriqueiro de definições ou fundamentalmente inadequado ou irrelevante do ponto de vista científico e filosófico. Ainda assim, uma teoria da definição que explica o aparente sucesso prático dessas atividades definicionais teria, em relação a uma teoria mais restrita, maior valor explanatório.

Além disso, defensores da interpretação restritiva têm dificuldades para lidar com definições de entidades fictícias. Se apenas as definições reais fossem definições genuínas, seria impossível definir, por exemplo, criaturas mitológicas como o bode-cervo ou o unicórnio. Entretanto, Aristóteles afirma, em *APo* II (92b 28-29) e em *Da Interpretação* (16a 16-18), que nomes como “bode-cervo” significam e, em *Metafísica* IV.4, do modo como o lemos, vincula o significado à definição, afirmando que “um nome significa ser ou não ser um certo algo” (1006a 28-30). Mesmo deixando de lado nossos objetivos interpretativos com relação a IV.4, o

caso das entidades fictícias evidencia um importante papel desempenhado pelas definições nominais: o de descrever o significado de expressões que nomeiam algo determinado, mas inexistente.<sup>38</sup>

O que está em jogo, porém, é a importância filosófica e científica dessas definições, não sua mera existência. Sobre esse ponto, argumentaremos que definir entidades cuja existência não é conhecida – e, portanto, não é garantida – é parte constituinte do trabalho do cientista aristotélico. Essas definições só podem ser nominais, e evidentemente têm um importante papel epistêmico. Não negamos, entretanto, a centralidade das definições reais na ciência e filosofia aristotélica. Pelo contrário, a interpretação que avançaremos tratará a definição real como o melhor caso da definição e como ideal normativo ao qual todas as demais atividades definicionais almejam. Insistiremos, porém, que, em certos contextos epistêmicos, definições nominais são reconhecidas por Aristóteles como definições genuínas e cujo uso na prática científica e filosófica é legítimo e importante.

Em grande medida, nossa reconstrução da definição nominal aristotélica é inspirada por e próxima àquela defendida por Deborah Modrak (2010). Em seu trabalho intitulado *Aristotle on Definition*, a autora expõe sua interpretação da seguinte maneira:

Na discussão sobre a aquisição de universais em [*Segundos Analíticos*] II.19 e *Metafísica* I.1, Aristóteles também parece vislumbrar um estágio inicial em que uma investigadora possui algum domínio do conceito em questão, isto é: ela tem algum tipo de definição à sua disposição. Em um estágio posterior o domínio cognitivo sobre o objeto é total, se tudo funcionou bem. Isso, também, sugeriria um papel necessário para definições linguísticas na investigação. Assim como as definições parciais de *Segundos Analíticos* II.8, esse papel proporciona mais evidência de que definições, para Aristóteles, caem ao longo de um contínuo que inclui desde definições nominais mínimas de criaturas mitológicas até definições estritas de essências de existentes. (MODRAK, 2010, p. 257, tradução nossa)

Que a concepção aristotélica da definição é mais bem capturada por um contínuo incluindo desde definições nominais até as reais é a tese central de nossa interpretação da definição nominal aristotélica. Mas essa descrição ainda deixa lacunas a serem preenchidas. Em particular, qual propriedade característica é compartilhada pelos elementos desse contínuo? Como pode essa propriedade ser encontrada em diferentes graus, em definições reais e nas

---

<sup>38</sup> Alguns intérpretes, como Bolton (1976), atribuem importe existencial às definições e sustentam que só há definição nominal de entidades existentes. Entretanto, nós interpretamos Aristóteles como sustentando que um grau mínimo de definibilidade é uma condição para a significação. Considerando que nomes de entidades fictícias têm significado (*DI* 16a 16; *APo* II.7 92b 29), é necessário que tenham, também, definição.

nominais? E em quais contextos são aceitáveis definições que ocupam diferentes regiões desse contínuo?

Nossas respostas são as seguintes. O contínuo captura graus de sucesso definicional, distinguido em dois tipos: o sucesso do *definiendum* e o sucesso do *definiens*. O primeiro consiste, no caso das definições reais, na identidade do termo no *definiendum* com um ente existente. Já no caso das definições de, por exemplo, criaturas mitológicas ou fictícias, o sucesso do *definiendum* é obtido quando ele corresponde a imagens mentais cujo conteúdo é obtido pela percepção. Por sua vez, o sucesso do *definiens* das definições reais é alcançado quando seus termos são os atributos essenciais do sujeito da predicação. Ele é obtido parcialmente quando o *definiens* contém alguns mas não todos os atributos essenciais do sujeito da predicação. Quando a definição é de uma entidade fictícia, isto é, quando o sucesso do *definiendum* é apenas parcial, o sucesso do *definiens* é obtido quando o mesmo captura a coesão conceitual de uma noção imaginária compartilhada, de tal modo que seus termos correspondem às características que o ente putativo teria essencialmente se de fato existisse.

O grau de sucesso definicional necessário para que uma definição seja considerada adequada é sensível ao contexto epistêmico em que a definição está inserida. As definições que obtêm o sucesso definicional pleno, as reais, são adequadas para o uso na prática científica aristotélica. Em especial, elas são requeridas no estágio de justificação do conhecimento científico, em que a verdade das proposições centrais de um domínio é conhecida e a tarefa do cientista consiste em organizá-las em um sistema de demonstrações articuladas. Por sua vez, as definições que têm sucesso definicional apenas parcial, as nominais, são utilizadas nos demais contextos epistêmicos, que incluem o debate dialético e o estágio de descoberta do conhecimento científico, durante o qual tanto a verdade das proposições quanto a existência das entidades postuladas são desconhecidas. Além disso, definições nominais são adequadas como resposta a pedidos pelo significado de nomes.

## 2.2 *APo* II.7 e II.10: A definição nominal na ciência aristotélica

No segundo livro dos *Segundos Analíticos*, Aristóteles toma a definição como objeto central de investigação. Naturalmente, ao passo que os *Segundos Analíticos* como um todo investigam o conhecimento científico, uma parte considerável dessa investigação diz respeito ao lugar da definição na ciência e às conexões entre as noções de definição e demonstração

científica. Não é de se surpreender, então, que a definição real receba maior enfoque, dado que o cientista aristotélico se dedica a uma investigação da realidade extralinguística. Não obstante isso, algumas das mais notórias passagens do *corpus* aristotélico sobre a definição nominal se encontram em *APo* II, especificamente nos capítulos 7 e 10, onde o Estagirita parece, respectivamente, rejeitar e então aceitar a definição nominal. Argumentaremos, ao longo da presente seção e a seguinte, que essa aparente contradição é dissolvida à luz de uma leitura atenta dessas passagens, sobretudo se levado em conta o contexto aporético e relativamente restrito de II.7, bem como os diferentes contextos epistêmicos sobre os quais cada passagem versa.

A começar, é imprescindível notar que II.7 dá continuidade a uma série de aporias introduzidas em II.3 e desenvolvidas ao longo dos capítulos subsequentes.<sup>39</sup> Nesses capítulos, Aristóteles, dentre outras preocupações, se dedica a questionar a possibilidade de demonstrar (no sentido relevante de demonstração científica) definições ou predicções essencialistas. Nas palavras de Aristóteles:

[...] mas, de que maneira pode-se provar o “*o que é*”, qual é o modo da redução, o que é a definição e de qual itens há definição, enunciemo-lo, percorrendo inicialmente as dificuldades a respeito desses pontos. (*Segundos Analíticos* II, 90a 36-38, trad. Lucas Angioni)

Em particular, são centrais ao capítulo 7 e, especificamente, à passagem que nos interessa, as questões sobre como pode-se provar o que algo é (*τί ἐστι*) e quais itens podem ser definidos. O capítulo parece ser a culminação do exame dessas aporias, ao passo que nos capítulos imediatamente subsequentes, Aristóteles passa a expor sua agenda positiva, isto é: suas soluções propostas às dificuldades percorridas.<sup>40</sup> Assim, o trecho que analisaremos deve ser entendido como a última de uma longa série de dificuldades levantadas acerca da prática da definição e contra a ideia de que se pode demonstrar definições.

Estabelecido esse contexto, dedicamo-nos, então, ao texto:

Assim, se quem define mostra [*δείκνυσιν*] ou o “*o que é*” ou “*o que significa* [*σημαίνει*] o nome”, se o “*o que é*” não for o caso de modo algum, a definição seria o enunciado

<sup>39</sup> O caráter aporético dos capítulos iniciais de *APo* II é apontado também por Demoss e Devereux (1988, p. 133) e Barnes (1993, p. 207).

<sup>40</sup> Para uma defesa de que II.8-10 iniciam a exposição da agenda positiva de Aristóteles, ver Charles (2002, p. 197-217).

do que significasse o mesmo que um nome. Mas isso é absurdo. Pois, em primeiro lugar, haveria definição também do que não é essência [ $\mu\eta\ \acute{o}\upsilon\sigma\iota\acute{\omega}\nu$ ] e daquilo que não é o caso [ $\mu\eta\ \acute{o}\nu\tau\omega\nu$ ]: pois é possível que também os não-entes [ $\mu\eta\ \acute{o}\nu\tau\alpha$ ] tenham um significado. Além do mais, todos os enunciados seriam definições; pois seria possível apor um nome para qualquer enunciado que fosse, de modo que todos nós conversariamos por definições, e também a *Iliada* seria uma definição. (*Segundos Analíticos* II, 92b 26-31, trad. Lucas Angioni)

Uma leitura dessa passagem como uma evidência em favor da interpretação restritiva da definição consistiria no seguinte. Aristóteles começa com uma concepção de definição que permite que ela seja um “enunciado do que significasse o mesmo que um nome.” Em seguida, essa concepção é caracterizada como absurda porque dela extraem-se duas consequências inaceitáveis: itens que não existem ( $\mu\eta\ \acute{o}\nu\tau\omega\nu$ ) e que não têm essências ( $\mu\eta\ \acute{o}\upsilon\sigma\iota\acute{\omega}\nu$ ) teriam definições; e qualquer enunciado poderia ser uma definição, incluindo a *Iliada* e qualquer outro, na medida em que poderíamos atribuir nomes a conjuntos de palavras aleatórios, que constituiriam os significados desses nomes e, pelo critério de igualdade de significado, suas definições. A conclusão pretendida por Aristóteles, segundo essa interpretação, seria que essas consequências absurdas foram acarretadas pela permissão de definições que significam o mesmo que um nome, constituindo uma *reductio ad absurdum* da possibilidade desse tipo de definição. Portanto, deveríamos revisar nossa concepção inicial e restringi-la apenas às definições que mostram o “o que é”.

É como uma redução ao absurdo que Demoss e Devereux (1988) leem a passagem.<sup>41</sup> Porém, eles interpretam Aristóteles não como afirmando a impossibilidade das definições nominais, mas como implicando “que qualquer definição deve ser uma descrição do que algo é, e que não pode haver definições de não-existentes” (p. 140). Assim, definições nominais não seriam capturadas pela descrição “enunciado do que significasse o mesmo que um nome” porque elas também diriam, assim como as definições reais, o “o que é” de algum ente, mas difeririam das definições reais porque não revelariam a estrutura causal que fundamenta a essência desse ente (p. 153-154). De modo similar, Robert Bolton (1976) defende que não há definições de não-existentes, usando II.7 como uma de suas evidências textuais (p. 524), e que a definição nominal enuncia o “o que é”, mas, diferentemente das definições reais, somente

---

<sup>41</sup> “O argumento de Aristóteles tem a forma de uma *reductio*: se uma definição não diz respeito ao ‘o que é’ de modo algum, então seria possível ter definições de não-essências ( $\mu\eta\ \acute{o}\upsilon\sigma\iota\acute{\omega}\nu$ ) e não-existentes, e isso é absurdo. Então uma definição deve ser uma descrição do que algo é; ela não pode ser simplesmente uma descrição do que significa um nome.” (DEMOSS e DEVEREUX, 1988, p. 140, tradução nossa)

significa a essência sem a mostrar.<sup>42</sup> Em ambas essas interpretações, 92b 26-31 mostraria que o tipo de definição nominal que Aristóteles permite deve consistir em algo mais do que a enunciação do que significa um nome; elas devem se referir, em alguma medida, à essência de algo existente.

Em contraste a esses autores, David Charles (2002) afirma que é um erro interpretar II.7 como representando a visão final de Aristóteles sobre a definição. Antes, a passagem exploraria aporias oriundas de uma pressuposição de fundo que seria modificada à luz dessas aporias ao longo dos capítulos subsequentes, em especial II.10.<sup>43</sup> A pressuposição sob ataque, segundo Charles, não é a possibilidade de definições que enunciam o significado de um nome, como na interpretação restritiva, mas a noção de que deve haver uma única descrição unitária da definição. Mais especificamente, II.7 mostraria que uma mesma formulação da definição não poderia, ao mesmo tempo, cumprir as condições básicas que demarcam uma definição e adequadamente situar a definição na demonstração de modo a solucionar certos problemas teóricos. As definições que enunciam a essência de um ente existente seriam capazes de cumprir o primeiro *desideratum* mas não o segundo, enquanto as definições que dizem o que significa um nome realizariam o segundo mas não o primeiro (p. 63-64). A solução de Aristóteles, oferecida ao longo de II.8-10, seria “liberalizar” as condições básicas previamente assumidas como requerimentos para a definição de modo a acomodar definições meramente nominais, isto é, que enunciam o significado de um nome e não fazem menção à essência de um existente.<sup>44</sup> Portanto, a interpretação de Charles difere radicalmente das de Demoss, Devereux e Bolton: Aristóteles sustentaria não que todas as definições devem, ao mesmo tempo, dizer o que significa um nome e o “o que é” de um ente, mas que “nenhum tipo de definição pode evocar a essência e também descrever o que o nome relevante significa” (p. 69). Por sua vez, Deborah

---

<sup>42</sup> “[...] A definição nominal é tanto uma descrição de uma essência real quanto a definição real o é. Ela significa essa essência sem a mostrar, entretanto.” (BOLTON, 1976, p. 524, tradução nossa)

<sup>43</sup> “Em geral, parece (metodologicamente) melhor ver Aristóteles em II.10 como modificando as visões de II.7 que deram origem às aporias do que como tratando essas pressuposições como fixas e seguras.” (CHARLES, 2002, p. 50, tradução nossa)

<sup>44</sup> “Nenhum tipo único de definição pode conectar o fenômeno ao *definiens* (nos modos necessários para resolver o Problema Formal e o da Independência) e ao mesmo tempo satisfazer os requerimentos básicos de Aristóteles sobre a definição. Descrições do que nomes significam podem cumprir a primeira tarefa mas não a Segunda. Descrições da essência de uma coisa cumprem os segundos requerimentos mas não podem resolver o Problema Formal e o da Independência. As aporias de II.7 só podem ser desamarradas se, no lugar de uma única definição, nós mobilizemos uma variedade de definições diferentes mas interconectadas, realizando multiplamente as tarefas distintas estabelecidas para a definição em II.7.” (CHARLES, 2002, p. 64, tradução nossa)

Modrak (2010) defende que II.7 é mais bem compreendido como levantando questões sobre quase critérios devem ser postos sobre os objetos da definição (p. 260). Entretanto, ela afirma que uma resposta conclusiva a essas questões não podem ser encontradas numa análise interna de II.7, mas que é preciso recorrer a passagens de obras como *Metafísica* VII, onde são encontradas evidências de que Aristóteles caracteriza expressões que enunciam o significado de um nome como sendo, de certo modo, definições.<sup>45</sup>

De nossa parte, seguimos Charles ao reconhecer o contexto aporético de II.7 e Modrak ao considerar as evidências holísticas a favor do reconhecimento das definições nominais como definições por Aristóteles. Além disso, sugeriremos, no que se segue, uma análise das dificuldades enfrentadas por uma interpretação restritiva de 92b 26-31 e elaboraremos uma interpretação da passagem que busca solucionar essas dificuldades e, ao mesmo tempo, dissipar a impressão ilusória de que Aristóteles pretenderia essa aporia como um desafio sério à possibilidade da definição nominal. Sobretudo, entendemos que a interpretação restritiva não elucida de que modo as consequências absurdas apresentadas na passagem poderiam ser inferidas da concepção de definição assumida em seu início, e por que elas seriam absurda à luz dessa concepção.

Começando pela primeira consequência, o que há de absurdo na possibilidade de definir entidades fictícias? Em especial, se havíamos aceitado provisoriamente a possibilidade de definições que consistem apenas em enunciados que significam o mesmo que um nome, a afirmação “bode-cervo tem uma definição” não poderia ser mais absurda do que a afirmação “bode-cervo tem um significado”, já que a sua definição nada mais seria que uma explicitação do seu significado. Que nomes como “bode-cervo” são significativos é afirmado explicitamente por Aristóteles, não só nesta passagem, mas também em *De Interpretatione* 16a 16.<sup>46</sup> Já sobre

---

<sup>45</sup> “Em suma, a posição final de Aristóteles no que diz respeito ao estatuto da definição linguística é que o mais perto que uma definição linguística chegar de uma definição científica estrita, o mais forte é seu caso para ser uma definição propriamente dita. Só a definição da essência é uma definição no sentido mais estrito, mas em outro sentido, a definição nominal também é uma definição.” (MODRAK, 2010, p. 280, tradução nossa)

<sup>46</sup> Não é imediatamente claro se “*μη ὄντων*” e “*μη οὐσιῶν*” referem-se às mesmas supostas entidades ou a itens distintos. Plausivelmente, dado o modo como Aristóteles emprega expressões similares outrora, “*μη οὐσιῶν*” deve ser lida como denotando predicados pertencentes a categorias que não a substância, como qualidades, e também a outros entes que não são substâncias, como artefatos. Exemplos do primeiro uso incluem *Metafísica* VII.3 1029a 13-16 e VII.13 1038b 24-27, e um exemplo do segundo encontra-se em VII.4 1030a 1-6. Por sua vez, viemos lendo “*μη ὄντων*” como significando supostas entidades que não existem, mas cujos nomes têm significado, o que é consistente com *De Interpretatione* 16a 16. Seria ainda mais surpreendente, porém, se Aristóteles considerasse absurda a possibilidade de definir as não-substâncias, dado que ele afirma, em *Metafísica* VII.4, que o “o que é” também se atribui, de certo modo, a cada um dos predicados; e, em *Tópicos* I.9, que “uma expressão significando

a segunda consequência absurda, a dificuldade é entender como ela seria inferida de uma concepção de definição que permite a definição nominal. Ao dizer que a *Iliada* seria uma definição, o que Aristóteles parece ter em mente é: o texto da *Iliada* seria dado como a definição do nome “*Iliada*”, e esse procedimento poderia ser repetido para qualquer enunciado a qual poderíamos apor, arbitrariamente, um nome. Isso é claramente absurdo, mas é um completo *non sequitur* em relação à possibilidade de definições que enunciam o que significa um nome. Ora, o nome “*Iliada*” significa um poema cuja autoria é comumente atribuída a Homero. O corpo do texto desse poema simplesmente não é parte do significado de “*Iliada*”.<sup>47</sup>

Nos parece que nenhuma dessas consequências pode ser inferida meramente da possibilidade da definição nominal, mesmo do tipo de definição nominal que diz apenas o significado de um nome e não faz menção à essência. Antes, sustentamos que o Estagirita estaria apresentando uma estratégia sofisticada pautada na má interpretação dos termos-chave da definição de definição nominal apresentada. Essa definição e a concepção de definição que dá margem a ela são, ao nosso ver, perfeitamente legítimas, mas podem ser atacadas como absurda por meio da deturpação do sentido de certos termos envolvidos nelas. Especificamente, essas deturpações consistem na interpretação demasiadamente forte de “*δείκνυσιν*” (“mostra”), de um lado, e numa leitura demasiadamente fraca de “*σημαίνει*” (“significa”), de outro. Da primeira deturpação, um interlocutor desonesto poderia extrair a consequência absurda sobre a definição de não-entes, enquanto a segunda seria a origem da consequência absurda de que a *Iliada* seria uma definição.

Começemos, então, pela primeira. Como afirmamos anteriormente, não nos parece que há algo de absurdo na mera possibilidade da definição de não-entes. Mais salientemente, seria surpreendente se Aristóteles considerasse absurda uma definição nominal (que enuncia o significado de um nome) de uma entidade fictícia, tendo em vista que ele aceita que nomes como “bode-cervo” tenham significado. A consequência absurda torna-se aparente só quando tomamos “*δείκνυσιν*” em seu sentido mais forte e estrito: como a conclusão de uma demonstração científica. Nesse contexto, uma definição teria implicação existencial, já que as

---

o ‘o que é’ por vezes significará a substância, por vezes uma quantidade, por vezes uma qualidade, e por vezes uma das demais categorias” (103b 27-29).

<sup>47</sup> Um outro sentido em que a *Iliada* falha como definição é por ser simplesmente muito longa, critério mencionado em *Tópicos* VI.1 (139b 14-16).

proposições envolvidas em uma demonstração científica são predicções literalmente verdadeiras que têm a pretensão de afirmar algo sobre o mundo.<sup>48</sup> Se a possibilidade da definição, então, demandasse a demonstração científica daquilo que significa um nome, nós necessariamente estaríamos comprometidos com a existência de bode-cervos se aceitássemos a possibilidade de definir “bode-cervo” com êxito, já que essa definição só poderia ser dada em um contexto que pressupõe a implicação existencial.

Isso seria, evidentemente, absurdo. Mas deve ser igualmente evidente que a atribuição de um sentido técnico e estrito ao termo “δείκνυσιν” na definição de definição nominal assumida é irrazoável. É mais plausível que o termo tenha um sentido muito mais fraco, de “mostrar” no sentido geral, não de demonstrar cientificamente, mas de elucidar, apontar, oferecer. Por exemplo, o ato de oferecer uma expressão como a resposta à pergunta sobre o significado de um certo nome pode ser acuradamente descrito como mostrar o que significa um nome. Esse ato certamente não envolveria a pressuposição de implicação existencial, e, desse modo, não poderia ser considerado mais absurdo do que a afirmação de que esse certo nome é significativo.

Por sua vez, a interpretação demasiadamente fraca de “σημαίνει” resulta na segunda consequência absurda, sobre a *Iliada* ser uma definição. Como vimos em nosso primeiro capítulo, ao tratar do texto de Zillig, o verbo “σημαίνω” pode ter um sentido bastante amplo, não necessariamente associado à significação linguística. Ele pode significar, de modo geral, “indicar”, “marcar” ou “sinalizar”. Tomando esse escopo semântico amplo, é plausível dizer que, de um modo ou outro, o nome “*Iliada*” marca, sinaliza ou indica o poema *Iliada*. Entretanto, esse não é o sentido operante de “σημαίνει” na descrição da definição nominal. Antes, é o sentido mais estrito de significação que está em jogo em “o que significa o nome”. Uma definição nominal é bem-sucedida quando de fato explicita o conteúdo semântico associado a uma denominação, não quando estabelece uma relação vaga de sinalização. Como apontamos anteriormente, o conteúdo do poema *Iliada* não faz parte do significado do termo “*Iliada*”, mesmo que, em certo sentido, o nome seja o signo do poema.

Se a nossa interpretação de 92b 26-31 estiver correta, a passagem não é evidência em favor de uma interpretação restritiva da definição aristotélica, pois a causa das consequências

---

<sup>48</sup> Para uma defesa desses pontos, ver Angioni (2012, 2006). Nesses textos, o autor versa, respectivamente, sobre as características das premissas de demonstrações científicas e sobre a concepção aristotélica da predicção, considerações das quais emerge que os enunciados que compõem uma demonstração científica são predicções com pretensão de verdade (e, de fato, verdadeiras).

absurdas levantadas não é a possibilidade de um tipo de definição que consiste em um enunciado que significa o mesmo que um nome. Antes, as consequências absurdas decorrem de uma leitura incorreta dos termos apresentados na descrição dessa definição. Assim, Aristóteles, ao tratar dessa aporia, não pretenderia nos impelir a revisar uma concepção de definição que permite a definição nominal, mas mostrar que os termos envolvidos nessa concepção devem ser interpretados de um certo modo.<sup>49</sup>

Mais evidência de que *APo* II.7 não é pretendido como uma proibição às definições nominais é que Aristóteles volta, em *APo* II, a falar de definições que enunciam o que significa uma denominação. Sobretudo, ele o faz ao longo do início de *APo* II.10:

Uma vez que se afirma que a definição é o enunciado do “o que é”, é manifesto que um tipo de definição será um enunciado do que significa a denominação, ou outro enunciado denominativo (por exemplo, o que significa triângulo). Com relação aos quais, precisamente, apreendendo que são o caso, procuramos saber por que são; e é difícil apreender assim deste modo aquilo que não sabemos se é o caso. E a causa da dificuldade foi mencionada antes: nem sequer sabemos se é o caso ou não, a não ser segundo concomitância. (*Segundos Analíticos* II, 93b 29-34, trad. Lucas Angioni)

Se, como nós afirmamos, II.7 é a conclusão de uma série de capítulos aporéticos, então II.10 já faz parte da exposição da agenda positiva de Aristóteles. Pois bem, aqui ele trata de definições de itens cuja existência é desconhecida, e, portanto, não é garantida. Porém, em contraste à passagem de II.7, ele não as trata como absurdas, mas como operáveis, ainda que apresentem dificuldades. Ao que parece, então, o Estagirita teria considerado as aporias relacionadas à definição nominal como suficientemente solucionadas para que a noção seja utilizada de modo não problemático. Isso seria condizente com a nossa leitura de 92b 26-31, cujo propósito teria sido a proteção contra uma estratégia sofisticada.

Há, porém, um outro aspecto potencialmente discrepante entre as duas passagens. Em II.7, argumentamos que a definição nominal resultaria em consequências absurdas se interpretada como a conclusão de uma demonstração científica. Mas II.10, que trata essas mesmas definições como não problemáticas, ainda está inserido no contexto da ciência aristotélica. Por que as mesmas consequências absurdas não se aplicariam? A razão é que o

---

<sup>49</sup> Ademais, trata-se de uma definição nominal cujo *definiendum* “não é o caso de modo algum”, isto é: não existe. Então, a definição nominal sob ataque deve ser qualificada como se referindo a algo inexistente. Isso, por si só, é suficiente para negar que a passagem oferece suporte para negar a possibilidade de definições nominais em geral, sem qualificação.

contexto epistêmico relevante para cada uma das passagens é distinto. A exploração desse aspecto nos permitirá avançar mais dois *desiderata* da nossa interpretação ampliada da definição aristotélica: que a definição nominal é adequada para o uso na ciência aristotélica e que o grau de sucesso definicional requerido para o uso de uma definição é sensível ao contexto epistêmico.

Se a definição de II.7 é interpretada, de modo inadequado e demasiadamente restrito, como tendo sido demonstrada cientificamente, trata-se de uma discussão inserida no contexto da justificação do conhecimento científico, enquanto 93b 29-34 parece versar sobre o contexto da descoberta científica.<sup>50</sup> Razão disso é que a demonstração científica aristotélica não é uma metodologia para descobrir a verdade de certas proposições, mas antes um modo de organizar proposições já conhecidas de tal modo a explicitar relações de prioridade explanatória e justificação epistemológica.<sup>51</sup> Isso é evidenciado pelo fato de que uma das características que as premissas de uma demonstração científica deve exibir é a verdade:

Assim, se o conhecer cientificamente é como propusemos, é necessário que o conhecimento demonstrativo provenha de itens verdadeiros, primeiros, imediatos, mais cognoscíveis que a conclusão, anteriores a ela e que sejam causas dela. (*Segundos Analíticos* I, 71b 19-22, trad. Lucas Angioni)

Dada essa descrição, a descoberta da verdade das proposições envolvidas em uma demonstração científica deve necessariamente preceder a elaboração dessa mesma demonstração.<sup>52</sup> E é dessa etapa preliminar da investigação científica que Aristóteles trata no

---

<sup>50</sup> Para mais sobre essa distinção, ver o verbete *Scientific Discovery* da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Seu autor a descreve da seguinte maneira: “Na maioria das vezes, a distinção é interpretada como uma distinção entre o processo de conceber uma teoria e a avaliação dessa teoria, especificamente a avaliação do suporte epistêmico da teoria. [...] A geração e a avaliação são duas abordagens epistêmicas diferentes: o primeiro é o esforço de articular, completar e desenvolver o potencial de uma teoria; o segundo é o esforço de avaliar seu valor epistêmico.” (SCHICKORE, 2022)

<sup>51</sup> Para mais sobre a epistemologia da ciência aristotélica, ver Ferejohn (1991). O autor interpreta a epistemologia da ciência aristotélica como, por um lado, dando continuação à tarefa de definir o conhecimento inaugurada por Platão no *Menon*, e, por outro, como contextualizando essa definição em sua lógica e teoria da predicação: “[O *Segundos Analíticos*] pode ser entendido como uma tentativa sistemática por Aristóteles de dar e defender respostas a duas questões muito intimamente relacionadas que resultam naturalmente de uma corrente investigatória que tem origem no *Menon* de Platão e percorre a *República* e o *Teeteto*: primeiro, quais são os aspectos essenciais do ‘conhecimento em seu sentido não-qualificado’, isto é: a maior e mais segura forma de conhecimento disponível aos humanos, e, segundo, como podem esses aspectos serem capturados no contexto da lógica e teoria da predicação de Aristóteles?” (FEREJOHN, 1991, p. 16)

<sup>52</sup> Evidentemente, algumas proposições têm sua verdade fundamentada por demonstrações: as conclusões das mesmas. Entretanto, esse processo não poderia se repetir *ad infinitum*, pois cada demonstração requer premissas

começo de II.10. O problema que está sendo levantado é que uma certa concepção do objeto de investigação deve ser apreendida pelo cientista antes que a investigação de fato seja realizada, de tal modo que o mesmo tenha uma resposta à pergunta pelo o que é. Mas essa resposta não pode ser a mesma que uma definição plenamente bem-sucedida, tal como a definição de “trovão” em 94a 2-6 como “estruído, na medida em que se extingue o fogo nas nuvens”, pois essa já configuraria um conhecimento completo da essência do objeto e de sua estrutura causal interna. Antes, o cientista aristotélico possui, nesse estágio preliminar, uma definição incompleta que diz o que um nome significa, como a descrição de trovão, dada em II.8, como “certo estruído nas nuvens” (93a 22). O tipo de conhecimento envolvido na apreensão desse tipo de descrição parece ser o conhecimento “do que”, tal como descreve Aristóteles:

Tal como procuramos o *por que* dispondo do *que*, e, embora às vezes ambos se tornem evidentes ao mesmo tempo, não é possível vir a conhecer o *por que* precisamente antes do *que*, evidentemente, de um modo semelhante, tampouco é possível vir a conhecer o ‘*o que era ser*’ sem o ‘*que é o caso*’; pois é impossível saber ‘*o que é*’, ignorando *se é o caso*. O ‘*se é o caso*’, às vezes apreendemo-lo segundo concomitância, às vezes, porém, apreendendo algo da própria coisa; por exemplo, com relação ao trovão, que ele é *certo estruído nas nuvens*, e que o eclipse é *certa privação de luz*, e que o homem é *certo animal*, e que a alma é *aquilo que se move a si mesmo*. (*Segundos Analíticos* II.8, 93a 16-23, trad. Lucas Angioni)

O estado cognitivo a qual nos referimos parece corresponder ao que Aristóteles descreve como “apreendendo algo da própria coisa”, e o algo apreendido corresponde à definição parcial requerida em um estágio preliminar da investigação. Aparentemente, é a isso que Aristóteles remete em II.10 ao mencionar definições que consistem em um “enunciado do que significa uma denominação.” Por sua vez, esse trecho é uma das bases evidenciais da interpretação de David Charles (2002) da investigação científica como ocorrendo em três estágios, parafraseada a seguir:

Estágio 1: Alcançado quando há conhecimento do que uma descrição de um nome significa. (93b30–2)

Estágio 2: Alcançado quando há conhecimento de que o que é descrito pelo nome existe. (93b32)

---

previamente conhecidas e mais cognoscíveis que sua conclusão. Para mais sobre esse problema, ver Zuppolini (2017), que apresenta uma interpretação não-racionalista desse modelo epistemológico aristotélico.

Estágio 3: Alcançado quando há conhecimento da essência do objeto descrito pelo nome. (93b32–3)<sup>53</sup>

A teoria de Charles oferece um poderoso e bem atestado arcabouço para falarmos sobre o papel da definição na ciência aristotélica. Lançando mão do vocabulário que estabelecemos anteriormente, podemos afirmar que os estágios 1 e 2 correspondem ao contexto de descoberta na ciência aristotélica, e requerem o sucesso definicional apenas parcial. Enquanto o estágio 1 alcança só parcialmente tanto o sucesso do *definiendum* quanto do *definiens*, o estágio 2 já requer a obtenção plena de, ao menos, o sucesso do *definiendum*. Já o terceiro estágio ocorre no contexto da justificação, e corresponde ao sucesso definicional completo. Seguindo uma semelhante linha interpretativa, David Bronstein (2016) introduz o que ele chama de descrições preliminares, descritas da seguinte maneira:

Uma descrição preliminar de x identifica um atributo não-acidental (essencial ou demonstrável) de x, sem identificar sua completa essência, e portanto facilitando nossa busca pelo o quê e se x é. Essas são descrições que conhecemos antes de indagar se x existe. (BRONSTEIN, 2016, p. 159)

Essas descrições preliminares correspondem ao que vimos chamando de um tipo de definição nominal, as definições parcialmente bem-sucedidas, e o apontamento de Bronstein revela precisamente o modo como as mesmas são utilizadas durante o processo da investigação científica mesmo sem serem dadas como conclusões de demonstrações: elas oferecem um ponto de partida para a investigação, sem o qual seria impossível estudar mais a fundo algum objeto. Outras evidências de que Aristóteles reconhece que a apreensão de quase-definições desse tipo é necessária para o conhecimento científico incluem *Apo* II.19 e *Metafísica* I.1.<sup>54</sup>

Charles e Bronstein têm complexas teorias sobre a ciência aristotélica, e não pretendemos nos comprometer com todas as afirmações de cada um dos autores. Dito isso, concordamos com eles precisamente no seguinte ponto: ambos concebem a investigação

---

<sup>53</sup> Tradução e paráfrase nossa, p. 24.

<sup>54</sup> Em ambos os trechos, Aristóteles discute como algum tipo de conhecimento que não é a ciência é necessário para que haja as condições iniciais a partir das qual o conhecimento científico é possível. Alguns candidatos a esse tipo de conhecimento são a experiência, a memória e a inteligência. Modrak (2010), associando as definições nominais ao conhecimento adquirido por experiência, interpreta isso como evidência de que definições nominais têm um papel epistêmico importante na epistemologia aristotélica, o que parece estar em consonância com a interpretação de Bronstein, embora o último as chame de “descrições preliminares”.

científica aristotélica como envolvendo uma transição gradual entre a familiaridade preliminar e incompleta com o objeto estudado e a compreensão completa de sua essência, que constitui o conhecimento científico pleno. Nos termos que estabelecemos anteriormente, essa mesma transição pode ser descrita como a passagem de um extremo do contínuo de sucesso definicional ao outro, abrangendo ambos os tipos de critérios de sucesso definicional. A investigação científica, portanto, compreenderia o uso tanto das definições que chamamos nominais quanto das que chamamos reais, correspondendo, respectivamente, aos contextos de descoberta e de justificação da ciência.

Essas considerações nos permitem explicar como as definições nominais podem ser adequadas ao uso na prática científica aristotélica, ainda que não possam figurar como conclusões de demonstrações. Elas são adequadas em um contexto preliminar de descoberta, como o estágio 1 descrito por Charles, em que nem a existência do objeto de investigação é conhecida. A sensibilidade ao contexto epistêmico das definições aristotélicas também pode ajudar a explicar um problema identificado por Bronstein em uma publicação recente:

A dificuldade é a seguinte. Aristóteles apresenta duas concepções diferentes e incompatíveis do que uma essência é e dois métodos de divisão correspondentes a elas. A primeira concepção de essência requer que os itens em uma essência sejam de um certo tipo. A segunda requer que os itens em uma essência estejam em uma relação de certo tipo entre si. Entretanto, os itens requeridos pela primeira concepção não podem todos estar em uma relação entre si do tipo requerido pela segunda. Eu espero mostrar que essa dificuldade está conectada à dificuldade que Aristóteles enfrenta em reconciliar os dois requerimentos sobre a essência—unidade e causalidade—aos quais [David] Charles tem chamado atenção. (BRONSTEIN, 2024, p. 3)

Grosso modo, a primeira concepção de essência identificada por Bronstein consiste no gênero e uma só diferença; e a segunda consiste no gênero e uma série de diferenças. A primeira é mais adequada para satisfazer a condição da unidade, e a segunda é mais adequada para satisfazer o que Bronstein e Charles chamam de condição da causalidade. Isso é evidenciado pela própria natureza desses enunciados: por um lado, é naturalmente mais fácil identificar uma unidade entre dois termos e um *definiendum*, ao invés de múltiplos; por outro, quanto mais itens mencionados em um *definiens*, mais recursos um definidor tem para explicar as demais propriedades que o *definiendum* possui necessariamente. De modo mais detalhado, Bronstein argumenta, ao longo de seu texto, que as duas condições não podem ser, ao mesmo tempo, plenamente satisfeitas pela mesma concepção de essência.

Levando em conta, então, as evidências já levantadas de que o sucesso de uma definição aristotélica é sensível ao contexto epistêmico em que ela está inserida, parece plausível concluir que um definidor poderia, em um certo contexto, priorizar a unidade, e, então, optar pela definição por uma só diferença; ao passo que em outro contexto poder-se-ia requerer um grau maior de capacidade explanatória, de tal modo que a definição por múltiplas diferenças seria mais útil. Em cada caso, qual tipo de definição é mais adequado não é uma escolha arbitrária por parte do definidor, mas uma decorrência do que demanda o contexto investigativo em que ele está inserido.

Há, ainda, outra passagem problemática que pode ser elucidada pela consideração da sensibilidade ao contexto epistêmico, encontrada em *De Anima* I.1:

O físico e o dialético definiriam cada uma dessas afecções diferentemente, por exemplo, o que é a raiva. O dialético vai defini-la como desejo por retaliação, ou algo do tipo, enquanto o físico vai defini-la como o fervor do sangue e calor ao redor do coração. Desses, um descreve a matéria e o outro a forma e a razão. (*De Anima* I, 403a 29 - 403b 1)<sup>55</sup>

Não é claro, nem imediatamente relevante para nós, o que exatamente Aristóteles quer dizer por “o dialético”. Para os nossos propósitos, basta apontar que são apresentadas duas definições distintas da raiva, mas não afirma que alguma das duas é falsa. Foquemos no exemplo do físico, que é de mais fácil compreensão. Por um lado, é plausível que Aristóteles considere que a definição real de raiva deva unir as duas definições e mencionar tanto a matéria quanto a forma. Por outro, parece ser igualmente legítimo que um cientista natural se dedique a estudar a raiva apenas enquanto um processo físico, já que é essa a dimensão relevante do fenômeno para a física. Se esse for o caso, a definição da raiva como um processo físico seria adequada para o uso no contexto da investigação de fenômenos físicos, mas não, necessariamente, em um contexto dialético. Novamente, é preciso levar em conta o contexto epistêmico na avaliação do sucesso da definição, caso contrário uma definição perfeitamente legítima teria de ser considerada inadequada.

---

<sup>55</sup> Nossa tradução usa como base a tradução em inglês de Christopher Shields (2016), com algumas alterações.

### 2.3 *Tópicos* I e VI: Definições nominais na dialética aristotélica

Outro contexto em que a definição é discutida é o da dialética aristotélica. Examinaremos sobretudo dois momentos em que a definição recebe foco nos *Tópicos*: primeiramente, na discussão sobre os tipos de predicação em I.5; e, posteriormente, ao longo do livro VI, que tem a definição como foco primário. Em I.5, Aristóteles retoma a breve definição de definição oferecida em 101b 37 como “uma sentença que significa o que era o ser” e então investiga que tipo de sentença é a definição, a tratando como um tipo de predicado e a distinguindo dos demais, como o próprio, o gênero e o acidente. Já no segundo momento, é discutido como definições são construídas, defendidas e, principalmente, destruídas no contexto da prática dialética, com ênfase particular em instruções sobre como criticar definições oferecidas em um debate.

Para os propósitos da nossa teoria ampliativa da definição, *Tópicos* I é relevante sobretudo nos seguintes aspectos. Primeiramente, a definição, apesar de definida em termos essencialistas em I.5, é dada como um exemplo de proposição dialética em I.4 (101b 30-34)<sup>56</sup>, podendo ser apresentada ou como uma premissa ou como um problema, dependendo de sua forma. Isso é importante, pois as proposições dialéticas, tanto os problemas quanto as premissas, não precisam ser verdadeiras. Pelo contrário, Aristóteles afirma que, em particular, os problemas dialéticos não devem ser obviamente verdadeiros, mas controversos (104a 6-7).<sup>57</sup>

Isso sugere que a demanda de que uma definição afirme o que é o ser para um *definiendum* não deve ser lida de modo metafisicamente carregado, mas como identificando uma característica formal de predicções definicionais. Ora, uma proposição que de fato atribui a um sujeito sua essência é necessariamente verdadeira. Entretanto, uma proposição falsa ainda pode ser classificada como uma definição, ainda que putativa. Portanto, a presença da essência do sujeito no predicado não pode ser um critério para distinguir proposições definicionais de demais tipos de proposições em contextos em que a verdade da proposição não é garantida.

---

<sup>56</sup> “Um problema difere de uma premissa por sua forma. Pois afirmado dessa maneira: ‘é o caso que animal bípede terrestre é a definição de homem?’ ou, ‘é o caso que animal é o gênero de homem’ é uma premissa; mas afirmado dessa maneira: ‘se animal bípede terrestre é a definição de homem ou não’, torna-se um problema (e similarmente em outros casos).”

<sup>57</sup> “[...] ninguém em sã consciência apresentaria como premissa algo que ninguém acredita, ou como problema algo que é evidente para todos ou para a maioria.” (*Tópicos*, 104a 6-7)

Antes, o critério para identificá-las é que elas são sentenças do tipo adequado para constituir uma resposta à pergunta pelo o que algo é, e o que distingue esse tipo de sentença é a sua forma; a saber: a de uma predicação que atribui gênero e espécie a um sujeito. Proposições desse tipo podem falhar em definir se forem falsas, como é afirmado em VI.1 (139a 20-35), mas ainda serão classificadas como definições na taxonomia das proposições dialéticas.

Outro aspecto que nos é relevante de *Tópicos* VI são os tipos de objeções contra definição que Aristóteles estabelece, porque algumas delas parecem ser específicas ao contexto de um debate dialético. Especificamente, ao tratar da obscuridade dos termos utilizados em definições, Aristóteles adverte que, por vezes, é necessário formular definições em termos familiares ao interlocutor (141b 16-18),<sup>58</sup> mesmo que seja mais científico mencionar itens com maior prioridade ontológica (141b 14-15).<sup>59</sup> A implicação parece ser que os critérios para avaliar uma definição em um contexto científico não necessariamente têm a mesma importância em um contexto dialético, onde outros critérios têm prioridade. Ademais, é afirmado que definições não devem ser demasiadamente longas, de modo a evitar redundâncias (139b 14-16).<sup>60</sup> Ora, em sentido estrito, a redundância não afeta a verdade de uma definição, já que se foi obtido um predicado que inclui a essência, a adição de outros atributos pertencentes ao sujeito é inofensiva do ponto de vista epistêmico. Trata-se, antes, de um critério retórico e estético, porque um enunciado demasiadamente longo é menos elegante e dificulta a compreensão do interlocutor. Ambos esses trechos fortalecem nossa hipótese de que o contexto epistêmico de uma definição deve ser levado em conta para avaliar seu sucesso, na medida em que identificam critérios de sucesso definicional que são particularmente relevantes no contexto do debate dialético.

Adicionalmente, definições dialéticas são sensíveis ao contexto não só no que diz respeito às normas epistêmicas da dialética em geral, mas também em relação à instância particular de debate dialético. O critério de familiaridade descrito em 141b 16-18 é indexado

---

<sup>58</sup> “Evidentemente, quando lidando com pessoas que não reconhecem coisas através de termos desse tipo [científicos], pode ser necessário colocar a descrição em termos familiares a elas.” (tradução nossa com base no inglês de Pickard-Cambridge (2014)).

<sup>59</sup> “Certamente, é melhor buscar conhecer o que é posterior por meio do que é anterior, na medida em que esse procedimento é mais científico.”

<sup>60</sup> “[...] a descrição [falha] se for mais longa do que é necessário (pois todos os itens adicionais em uma definição são supérfluos).”

ao interlocutor, isto é: o que é mais ou menos familiar dependerá do conhecimento de fundo dos participantes do debate. Além disso, outras considerações, como táticas ou problemas específicos à discussão, poderiam motivar a escolha entre diferentes candidatos a definições que cumprem igualmente os critérios definicionais formais. Escrevendo sobre esse aspecto, Fernando Mendonça, em *A Lógica do Debate*, afirma:

Se é assim, o enunciado *definiens* deverá ser sensível ao contexto, havendo uma cláusula de relevância que o faz ser o predicado definicional adequado para certo sujeito sob determinada descrição. Essa cláusula de relevância permite que o dialético competente escolha dentre os *endoxa* de seu acervo cujos predicados são coextensivos com o sujeito e significam seu gênero e diferença aquele que melhor se adéqua, isto é, o que mostra maior relevância em face do contexto do debate. (MENDONÇA, 2025, p. 257)

Essa potencial variação de definições adequadas, porém, seria restringida ao que é aceito pelo interlocutor do debate, ao passo em que proposições sobre conceitos como a “definição” podem também ser discutidas em um argumento dialético.

Além daquilo que ele escreve sobre a definição, é notável também que Aristóteles utiliza como exemplo de definições, nos *Tópicos*, proposições que não dizem a essência de seu sujeito. Por exemplo, a definição de “homem” como “animal terrestre bípede” é frequentemente repetida.<sup>61</sup> É verdade que Aristóteles não necessariamente tem de se comprometer com a verdade e adequação dos exemplos que utiliza, tendo em vista que eles podem ter sido escolhidos por critérios pedagógicos ou estruturais. Todavia, os exemplos, aqui, não são a exceção: a dialética é em si uma disciplina, nas palavras de Mendonça, “neutra com relação ao conteúdo das proposições que utiliza” (p. 279). Por isso, devemos ter cautela ao extrair conclusões a partir do modo como Aristóteles usa e prescreve o uso de definições nos *Tópicos*, pois trata-se de uma prática peculiar, com normas específicas. Em especial, o descomprometimento com a verdade e a validade inerente ao debate dialético torna problemática a aplicação de conclusões oriundas do tratamento aristotélico da definição nos *Tópicos* às suas obras científicas ou metafísicas. Esse contraste, porém, só fortalece ainda mais o nosso ponto: que uma definição aristotélica deve ser avaliada levando em conta seu contexto epistêmico.

---

<sup>61</sup> Esse exemplo é observado por Mendonça (2015), que nota as seguintes instâncias: 101b 30 e 32, 103a 27, 109a 16, 132a 2, 140b 34.

## 2.4 Metafísica IV.4: Definibilidade e significação

Tendo, ao nosso ver, suficientemente estabelecido a legitimidade do uso das definições nominais na filosofia e ciência aristotélica, nos dedicaremos agora a aplicar nossa interpretação ampliada da definição aristotélica ao argumento elêntico. Entretanto, a definição torna-se relevante ao argumento elêntico por intermédio de um outro conceito importante na filosofia de Aristóteles: o significado linguístico. Tendo isso em vista, o que se segue consistirá em um exame tanto da relação entre as noções de definição e significado quanto das consequências do que discutimos até então para a interpretação do argumento elêntico.

Com efeito, nós utilizaremos passagens de *Metafísica* IV, juntamente com *De Interpretatione* e outras obras, para defender que a definibilidade é uma condição necessária para que denominações sejam significativas, lançando mão do modelo do contínuo de sucesso definicional estabelecido ao longo das seções anteriores para deslindar essa concepção de definibilidade. Nós a conceberemos como o grau mínimo de sucesso definicional, tanto do *definiendum* quanto do *definiens*, necessário para o discurso inteligível. Com base nisso, sustentaremos que a definibilidade é uma condição inerente à demanda de enunciar algo com sentido, e que é nessa condição em que Aristóteles se apoia para levar o argumento elêntico à sua conclusão.

Tornemo-nos novamente, então, a *Metafísica* IV.4. Defendemos, em nosso primeiro capítulo, que o “ὀρισμένον” de 1006a 25 é mais bem compreendido como uma instância de definição. Adicionalmente, sustentamos que, se a argumentação aristotélica há de evitar as acusações de petição de princípio, ela deve minimizar seus comprometimentos ontológicos e se restringir, somente, ao domínio do discurso. Desse modo, nos posicionamos juntamente com intérpretes, como Zillig, que oferecem interpretações semânticas do argumento elêntico, segundo as quais ele lançaria mão somente de comprometimentos imanentes no discurso significativo para refutar seu interlocutor dialeteísta. Da conjunção dessas duas posições, emerge que a possibilidade da definição é uma condição para que um termo seja significativo.

Uma questão interessante, então, é a seguinte: sob essa estratégia interpretativa, poderia o interlocutor do argumento elêntico enunciar um nome de algo inexistente? Isto é, o argumento ainda teria sucesso se, no lugar de “homem”, fosse enunciado um nome de uma entidade fictícia como “bode-cervo”? A resposta teria que ser que sim, tendo em vista que Aristóteles afirma, em *De Interpretatione* e nos *Segundos Analíticos* II, respectivamente, que “até mesmo ‘bode-

cervo’ significa” (16a 16-18) e que “é possível que também os não-entes tenham um significado” (92b 30). Logo, nomes de entidades fictícias têm significado, e portanto a sua enunciação cumpre o requerimento mínimo pedido do dialeteísta no argumento elêntico. Segue-se também, então, que nomes como “bode-cervo” têm definição em alguma medida.

Em busca de elucidar como definições desse tipo são possíveis, examinemos a descrição do significado oferecida em *De Interpretatione*:

Sons enunciados são símbolos de afecções da alma, e marcas escritas são símbolos de sons enunciados. Nem as marcas escritas nem os sons enunciados são as mesmas para todos. Mas aquilo que eles simbolizam em primeiro lugar – as afecções da alma [παθήματα τῆς ψυχῆς] – são as mesmas para todos; e aquilo a que as afecções assemelham – coisas [πράγματα] – são claramente as mesmas para todos. (*De Interpretatione*, 16a 3-8)<sup>62</sup>

À primeira leitura, é tentador interpretar essa passagem a partir de uma imagem intuitiva e influenciada por filosofias da linguagem modernas e contemporâneas. Tal imagem consiste no seguinte: essas “afecções da alma” seriam certas ideias ou conceitos, como a noção associada à palavra “cavalo”, e essas “coisas” seriam certos entes individuais, como os cavalos reais que são os referentes do termo “cavalo”. No caso de “cavalo”, essa imagem funciona relativamente bem e plausivelmente vai de encontro com a descrição de Aristóteles. Entretanto, ela enfrenta um problema se o termo em questão for o nome de uma entidade fictícia, já que, se não há um bode-cervo no mundo, como é possível que seu nome refira a um ente individual a qual nosso conceito de “bode-cervo” está associado?

Lido cuidadosamente, o texto aristotélico não está sujeito a essa dificuldade porque diverge daquela imagem intuitiva em um ponto crucial. A saber: “coisas” traduz o grego “πράγματα”, que tem um escopo semântico mais amplo e vago que o português “coisa”. Plausivelmente, “coisa”, assim como o inglês “thing”, descreve certas entidades individuais, como cavalos ou cadeiras, mas não itens como, por exemplo, a brancura ou a lisura. Por sua vez, “πράγματα” pode descrever tanto acidentes quanto substâncias, além de estados de coisas, ações, eventos ou até mesmo o assunto em questão. Assim, as *πράγματα* envolvidas na descrição aristotélica do significado não precisam ser certas coisas individuais. Elas podem ser, por exemplo, os objetos próprios da percepção ou os acidentes perceptíveis das substâncias. Levando isso em conta, percebemos que mesmo “bode-cervo” pode satisfazer a descrição de

---

<sup>62</sup> Tradução com base na tradução em língua inglesa de Ackrill (1975).

*De Interpretatione*, pois são certos aspectos de bodes e de cervos que constituem a noção significada por “bode-cervo”, e esses aspectos são acuradamente descritos como *πράγματα* extramentais aos quais certas afecções na alma se assemelham.

Esses aspectos, porém, foram reconfigurados por um ato de imaginação,<sup>63</sup> e, por isso, “bode-cervo” refere apenas parcialmente. É essa, então, nossa explicação de como o sucesso parcial de um *definiendum* é possível: ele ocorre quando as partes constituintes do *definiendum* existem, mas não na configuração apresentada na imagem simbolizada por seu nome. Aqui, percebe-se também como esse tipo de critério pode ser usado como uma condição mínima de inteligibilidade: referentes fictícios precisam ser ao menos imagináveis, caso contrário seus nomes não comunicariam nada, porque não haveria afecções na alma compartilhadas pelos falantes, e, portanto, a descrição de *De Interpretatione* falharia e não haveria significado.

Como um exemplo, consideremos que “bode-cervo” significa, digamos, um animal com corpo de bode e cabeça de cervo. Esse seria um nome fictício, mas significativo, pois as imagens de bodes e cervos que os falantes têm são “as mesmas para todos” na medida em que se assemelham às características de bodes e cervos reais. Em contraste, nomes denotando algo como um triângulo quadrado ou uma cadeira que é ao mesmo tempo toda azul e toda vermelha não significam, pois não é possível nem mesmo conceber as entidades postuladas. Do mesmo modo, o sucesso mínimo do *definiens* pode servir como uma condição para a inteligibilidade. O *definiens* “animal bípede” não contém a completa essência do *definiendum* “ser humano”, mas evidentemente descreve algo. Em contraste, não é claro o que uma descrição como “branco ímpar” significaria, porque viola aspectos estruturais básicos de como predicções são formadas.

Assim, um certo grau de coerência e contato com a realidade é necessário para que conteúdos mentais possam ser compartilhados por diferentes indivíduos, e, conseqüentemente, que possam ser comunicados através de palavras grafadas ou enunciadas. As características que demarcam uma concepção assim comunicável são exatamente as mesmas que tornam um item minimamente definível. Desse modo, as definições nominais são o corolário linguístico de apreensões cognitivas que estão aquém do conhecimento propriamente dito de um objeto, mas

---

<sup>63</sup> Que imagens de criaturas fantásticas podem ser geradas pela imaginação é evidenciado pelo fato de que Aristóteles reconhece que a imaginação pode gerar imagens falsas e é ativa durante o sono (*De Anima* 428a 5-16). Por sua vez, a afirmação aristotélica de que a percepção é a causa eficiente da imaginação (*De Anima* 429a 1-2) é evidência de que os materiais que compõem essas imagens só poderiam advir da percepção.

são suficientemente sólidas para servir como o ponto de partida para uma investigação mais profunda. Essa é, em grande medida, a mesma leitura defendida por Modrak:

[...] Apreender [um] conceito pode envolver vários estágios, um inicial onde a falante apreende o conceito implícito na linguagem natural e um estágio posterior onde ela, uma bióloga treinada, apreende a essência de [e.g.] humano. As definições das palavras significantes satisfazem a descrição ‘enunciado do que um nome significa’. Elas também seriam semelhantes a objetos no mundo (16a 3-8). Os conceitos de tipos naturais que são requeridos por uma linguagem natural são baseados em observações de particulares. Eles podem, mas não precisam, capturar a essência do tipo. Aristóteles concebe uma evolução do conhecimento em *Metafísica* I que começa com percepções e, ao longo do tempo, desenvolve e torna-se entendimento das essências e dos objetos mais universais (981b 13-26). Nessa imagem, falantes começariam com conceitos que geram definições nominais e, em casos favoráveis, (talvez gerações depois) terminam com conceitos que geram definições de essências. (MODRAK, 2010, p. 259-260)

A descrição oferecida por Modrak da evolução do conhecimento de um objeto de estudo é, ao nosso ver, bem sustentada pelas evidências textuais que percorremos e consonante com as nossas considerações filosóficas. A definibilidade, como uma condição para o discurso inteligível, seria uma condição instaurada já na primeira etapa desse processo, que começaria, por assim dizer, em um extremo do contínuo de sucesso definicional. A partir daí, a progressão desse modo básico de apreender um objeto até o conhecimento propriamente dito ocorreria como um percurso ao longo desse contínuo, cujo outro extremo seria a definição real sem qualificação.

As consequências da aplicação dessa concepção ao argumento elêntico são, esperamos, relativamente claras. Se nosso interlocutor dialeteísta há de se submeter à argumentação, e se distinguir de uma planta, ele deve, ao menos, enunciar algo com sentido. Para que esse requerimento seja cumprido, é preciso que essa enunciação seja minimamente definível, que possa ser capturada por uma descrição comunicável de algum conteúdo mental compartilhado. Para que essa descrição seja comunicável, ela precisa ser, ao menos, coerente, isto é, estar em conformidade com o PNC. Afinal, o que poderia ser comunicado pela descrição “bípede e não-bípede”? É possível, como nós sugerimos em nosso primeiro capítulo, que dois dialeteístas insistam que o termo cujo significado consiste numa descrição contraditória seja, de fato, significativo. Mas isso é devido ao fato de que, como Aristóteles bem diz, não é necessário crer em tudo o que se diz. Uma descrição desse tipo não poderia corresponder, nem parcialmente, a afecções na alma obtidas pela percepção, e portanto nada pode significar. Desse modo, então, a aplicação da interpretação ampliada da definição ao argumento elêntico fortalece uma leitura semântica do mesmo, pois ela possibilita explicar como a não-contradição pode ser extraída da

mera significação, a partir de uma interarticulação de noções semânticas, psicológicas e epistemológicas da filosofia aristotélica.

Porém, não devemos esquecer que essas noções implicam uma conexão com a realidade. Afinal, o PNC é um princípio metafísico, não psicológico, e o propósito primário da definição é dizer como as coisas de fato são. Fundamentalmente, a significação e a definição são, para Aristóteles, processos que conectam o mundo, a mente e a linguagem. O mundo, porém, tem prioridade: ele é a causa e o fundamento dos processos cognitivos e linguísticos que constituem a comunicação humana. Como causa, ele é responsável pela possibilidade desses processos ocorrerem em primeiro lugar. Como fundamento, ele é responsável pelos aspectos estruturais e formais desses processos. Pois a mente e a linguagem humana assemelham-se ao mundo, e é dele que elas recebem suas estruturas. Porém, essa conexão não é sempre perfeita, e, em certos contextos, imperfeições são permissíveis. Mas é preciso sempre que haja um grau mínimo de conexão entre o que dizemos e o que há, caso contrário a comunicação como tal seria impossível.

## CONCLUSÃO

Iniciamos esta dissertação com uma reconstrução do argumento elêntico, enfatizando alguns pontos de controversa. Em especial, indagamos se a argumentação aristotélica pode ser considerada cogente diante de considerações sobre a imposição de coesão ao discurso de seu interlocutor. Na sequência, percorremos algumas das críticas traçadas por Łukasiewicz e pautadas, em grande medida, nessa mesma preocupação, mas apresentadas como uma imposição de premissas essencialistas ao dialeteísta, o que motivaria a acusação de que Aristóteles estaria cometendo uma petição de princípio. Após isso, apresentamos uma série de estratégias interpretativas que lidam, direta ou indiretamente, com esses problemas. Como devem ser avaliadas essas tentativas de resposta?

A interpretação de Halper, segundo a qual o essencialismo seria uma conclusão dos argumentos de IV.4-8 e a não-contradição uma premissa, e não o inverso, torna as acusações de Łukasiewicz irrelevantes. Se Halper estiver certo, preocupações sobre o escamoteamento do PNC, seja na estrutura formal do argumento elêntico, seja em alguma premissa explícita ou implícita, seriam infundadas porque Aristóteles não estaria buscando provar o princípio. Consideramos a proposta de Halper, embora filosoficamente interessante, insuficientemente atestada pelas evidências textuais. Entretanto, uma contribuição pertinente de seu trabalho é a observação de que, em IV.4-8, Aristóteles está interessado não só em defender o PNC, mas em evidenciar as conexões entre a essência, a não-contradição e o discurso. Essa observação toma forma mais robusta à luz da análise de Angioni, que identifica em IV.4 o estabelecimento de uma interarticulação necessária entre o PNC e uma semântica da predicação cujo aspecto fundamental é a distinção entre substância e concomitante, que juntamente dão as condições de possibilidade do discurso inteligível sobre o mundo.

Code, por sua vez, lê o argumento de IV.4 como uma continuação da empreitada iniciada em IV.3 cujo objetivo é sustentar que o PNC é o princípio mais firme de todos, ao passo em que o conhecimento dele seria uma condição para o conhecimento de qualquer outra proposição. Porém, esse objetivo seria alcançado ao nível do que Code chama de argumento meta-elêntico, correspondente às reflexões a respeito do argumento e as conclusões que Aristóteles pretende que nós, seus leitores, infiramos do que foi apresentado. Como um recurso interpretativo, essa distinção possibilita novas respostas aos problemas que vimos enfrentando. Se Aristóteles de fato precisa recorrer a pressuposições essencialistas para provar seu ponto, seria legítimo fazê-

lo na dimensão meta-elêntica do argumento, já que nesse caso ele estaria utilizando premissas aceitáveis por seus alunos e leitores, e não, necessariamente, por um negador do PNC. Esse ponto é ecoado na interpretação de Clarke, que enfatiza o fato de que a tentativa de elaboração de um argumento que garanta o convencimento de um dialeteísta sobre a verdade do PNC seria uma empreitada quixotesca, fadada ao fracasso. Antes, argumenta Clarke, o propósito do argumento elêntico seria cumprir a demanda por uma demonstração do PNC. Essa demonstração não cometeria petição de princípio nem lançaria mão de premissas inaceitáveis pelo dialeteísta, mas tampouco teria o objetivo de convencê-lo.

Em contramão a essas propostas, a interpretação semântica do argumento elêntico o reconstrói de tal modo que o apelo ao essencialismo é revelado como desnecessário. Zingano e Zillig ambos reconhecem em IV.4 um argumento pautado em premissas meramente semânticas, a aceitação das quais seria uma condição para cumprir a demanda inicial de Aristóteles, a de dizer algo com sentido, de tal modo que a recusa delas equivaleria, com efeito, a recusa de se submeter ao argumento. Ao nosso ver, as evidências textuais e considerações filosóficas levantadas por Zingano e Zillig são suficientes para sustentar a interpretação semântica. Todavia, duas preocupações permanecem: primeiro, restringir o argumento ao registro semântico teria o custo de limitar o seu alcance, ao passo em que o maior resultado que um argumento localizado inteiramente no domínio do discurso poderia alcançar seria o silêncio de seu oponente; segundo, embora essa interpretação elimine a petição de princípio por via do essencialismo, ainda é o caso que Aristóteles estaria impondo a consistência ao discurso de seu interlocutor.

Nossa interpretação ampliativa da definição pode ser mobilizada na dirimição desses problemas. Se, como nós defendemos, o argumento elêntico envolve a noção de definição, então podemos lançar mão das conexões que traçamos entre a definibilidade e a significação para explicar que, primeiramente, a possibilidade da significação já implica uma conexão com o mundo extralinguístico, de tal modo que a restrição do argumento ao domínio semântico não é tão restritiva quanto aparenta. Em segundo lugar, a nossa concepção da definibilidade como condição para a significação, bem como a conexão desse processo com a percepção, expandem as razões pelas quais o interlocutor do argumento elêntico deve cumprir um critério de coesão se ele há de dizer algo significativo. A saber: a denominação por ele enunciada deve ser associada a um objeto ao menos imaginável, caso contrário a comunicação não seria possível. Desse modo, a exigência de que o discurso do dialeteísta obedeça o PNC não seria arbitrária,

mas pautada em teses psicológicas e semânticas que Aristóteles defende por razões independentes.

Uma versão mais forte da primeira objeção, que potencialmente ainda se aplica à nossa interpretação, seria que nosso tratamento do PNC o reduziria a um princípio semântico. Mesmo que, segundo a nossa interpretação, a linguagem tem, para Aristóteles, uma conexão necessária com o mundo extralinguístico, ao interpretá-lo como restringindo o que se pode ou não dizer significativamente estaríamos ofuscando seu estatuto ontológico ao fazê-lo um princípio que rege sobre a linguagem.

Entretanto, essa objeção não se sustenta à luz das seguintes considerações. É consequência de nossa interpretação que o argumento elêntico, por si só, não oferece razões suficientes para justificar o estatuto ontológico do PNC, mas não que o PNC é, em si, um princípio semântico. Antes, nós interpretamos o argumento elêntico como mostrando que o PNC, um princípio ontológico, se aplica ao domínio semântico, o que indiretamente avança a tese de que ele é um primeiro princípio da metafísica porque, tendo em vista a generalidade inerente à disciplina, um princípio metafísico ser universalmente aplicável a todos os diferentes domínios. O argumento geral em favor dessa tese é dado nos capítulos iniciais de *Metafísica* IV, mas ela é fortalecida pelos argumentos específicos que demonstram a fundamentalidade do PNC em diferentes domínios: em IV.3, ele é estabelecido como o princípio mais epistemologicamente firme (1005b 17-34); no início de IV.4, Aristóteles mostra que não há discurso significativo sem ele (1006a28-1006b34); outrora em IV.4, ele demonstra a conexão necessária entre o PNC e a essência (1007<sup>a</sup> 20-32) e a deliberação prática (1008b 7-24). Esses argumentos, tomados juntamente, têm o efeito cumulativo de justificar o estatuto ontológico do PNC, na medida em que cada um mostra que ele rege sobre uma parcela da realidade e que ele está relacionado a outras noções fundamentais.

Não obstante esse ponto, há um sentido em que o argumento elêntico, do modo como o interpretamos, permanece insuficiente: em sua capacidade de refutar o dialeteísmo. Tudo o que alcançamos por meio da mobilização dessa interpretação é, no melhor dos casos, uma explicação do porquê o interlocutor do argumento elêntico deve reconhecer que seu discurso pressupõe a não-contradição como condição de possibilidade de que tenha significado. Mas esse interlocutor, se é um dialeteísta, não seria impelido a revisar sua posição perante essa explicação. Afinal, não é nenhum empecilho para um dialeteísta o reconhecimento de boas razões em favor do contraditório de sua crença, já que nada o impede de sustentar,

simultaneamente, a verdade de sua tese e a sua negação. A advertência de Clarke permanece relevante: se nosso objetivo for o convencimento do dialeteísta, nós estaremos fadados ao fracasso. Desse modo, ainda nos será útil implementar aspectos das reinterpretações do objetivo e público-alvo do argumento elêntico, bem como da distinção de Code entre o argumento elêntico em si e o argumento meta-elêntico, ao mesmo tempo em que sustentamos uma interpretação semântica do argumento.

Em conclusão, consideramos que a interpretação do argumento elêntico que responde de melhor modo aos problemas apresentados e que melhor se adequa às evidências textuais percorridas é a seguinte. Aristóteles não teria ilusões de que o argumento elêntico, em si, poderia refutar o dialeteísmo, no sentido de oferecer razões suficientes para convencer um dialeteísta de que o PNC é verdadeiro. A nível meta-elêntico, porém, o Estagirita almeja e alcança o objetivo de evidenciar que o PNC é uma condição de possibilidade para o discurso inteligível. Entender que esse é o caso requer assentimento a pressuposições de fundo oriundas da epistemologia, filosofia da linguagem e psicologia aristotélica. Por isso, o público-alvo do argumento meta-elêntico teria que ter, diferentemente do interlocutor do argumento elêntico em si, formação nos *Analíticos* e nos fundamentos da filosofia aristotélica em geral. Esse objetivo pode parecer demasiadamente modesto, mas devemos manter em mente que o argumento elêntico é apenas um de uma série de argumentos acerca do PNC elaborados no livro IV. O objetivo da interpretação de Code, de mostrar a firmeza epistemológica do PNC, já havia sido perseguido pela argumentação de IV.3, enquanto as conexões entre a essência e a não-contradição, identificados por Halper e Angioni, certamente são traçadas ao longo das discussões que ocupam o restante de IV.4 e os capítulos subsequentes. O argumento elêntico seria apenas uma etapa de um longo e complexo tratamento do PNC.

## BIBLIOGRAFIA

- ACKRILL, J. L. **Categories and De Interpretatione**. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- ANGIONI, Lucas. Aristóteles – *Metafísica*, Livros IV e VI. Tradução, introdução e notas. 2. ed. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, **Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução**, n. 14, p. 1-59, 2007.
- ANGIONI, Lucas. Aristóteles – *Metafísica*, Livros VII e VIII. Tradução, introdução e notas. 2. ed. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, **Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução**, n. 11, p. 1-170, 2005.
- ANGIONI, Lucas. Aristóteles – *Segundos Analíticos*, Livro I. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, **Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução**, n.7, p. 1-116, 2004.
- ANGIONI, Lucas. Aristóteles – *Segundos Analíticos*, Livro II. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, **Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução**, n.4, p. 1-125, 2002.
- ANGIONI, Lucas. **Introdução à teoria da predicação em Aristóteles**. Editora da Unicamp, 2006.
- ANGIONI, Lucas. Os seis requisitos das premissas da demonstração científica em Aristóteles (*Segundos Analíticos* I 2). **Manuscrito** 35, n. 1, p. 7-60, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0100-60452012000100001>
- ANGIONI, Lucas. Princípio da não-contradição e semântica da predicação em Aristóteles. **Analytica - Revista de Filosofia**, v. 4, n. 2, p. 121–158, 1999.
- BARNES, Jonathan. **Posterior analytics**. Oxford: Clarendon Press; New York, 1994.
- BOLTON, Robert. Aristotle's conception of metaphysics as a science. In: SCALTSAS, T.; CHARLES, D.; GILL, M. L (eds). **Unity, Identity and Explanation in Aristotle's Metaphysics**. Oxford: Clarendon Press, p. 321-354, p. 1994. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198240679.003.0015>
- BOLTON, Robert. Essentialism and Semantic Theory in Aristotle: Posterior Analytics, II, 7-10. **The Philosophical Review**, v. 85, n. 4, p. 514, 1976. <https://doi.org/10.2307/2184277>
- BRONSTEIN, David. A Puzzle in Aristotle's Theory of Definition. **Aristotelian Metaphysics**, p. 3–29, 2024. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198908678.003.0001>

- BRONSTEIN, David. **Aristotle on knowledge and learning: the posterior analytics**. Oxford: Oxford University Press, 2016. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198724902.001.0001>
- CAMPBELL, I. J.; SHAPIRO, G. Can you Deny The PNC? (*Metaphysics* Γ. 3, 1005b11–34). **Oxford Studies in Ancient Philosophy**, p. 89–134, 2024. <https://doi.org/10.1093/oso/9780192885197.003.0003>
- CHARLES, David. **Aristotle on Meaning and Essence**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CLARKE, Timothy. Who Needs a Proof of the Principle of Non-Contradiction? **Mind**, v. 133, n. 531, p. 696–713, 2024. <https://doi.org/10.1093/mind/fzae030>
- CODE, Alan D. Aristotle's Investigation of a Basic Logical Principle: Which Science Investigates the Principle of Non-Contradiction?. **Canadian Journal of Philosophy**, vol.16, no 3, p. 341-358, 1986. <https://doi.org/10.1080/00455091.1986.10717123>
- CODE, Alan D. Metaphysics and Logic. In: GERSON, Lloyd P. (org.), **Aristotle: Critical Assessments**. vol. 1. Abingdon: Routledge, p. 167-185, 1999.
- COREN, Daniel. Why Does Aristotle Defend the Principle of Non-Contradiction Against its Contrary? **The Philosophical Forum**, v. 49, n. 1, p. 39–59, 2018. <https://doi.org/10.1111/phil.12176>
- DEMOSS, D.; DEVEREUX, D. Essence, Existence, and Nominal Definition in Aristotle's Posterior Analytics II 8-10. **Phronesis**, v. 33, n. 1-3, p. 133–154, 1988. <https://doi.org/10.1163/156852888X00126>
- DESLAURIERS, Marguerite. **Aristotle on definition**. Leiden: Brill, 2007. <https://doi.org/10.1163/ej.9789004156692.i-230>
- FEREJOHN, M. T. **The origins of Aristotelian science**. New Haven, Conn.; London: Yale University Press, 1991. <https://doi.org/10.2307/j.ctt211qx1c>
- FURTH, Montgomery. Note on Aristotle's Principle of Non-Contradiction. **Canadian Journal of Philosophy**, Vol. 16, No. 3, p. 371-381, 1986. <https://doi.org/10.1080/00455091.1986.10717125>
- GUPTA, A.; MACKERETH, S. **Definitions (Stanford Encyclopedia of Philosophy)**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/definitions/#ReaNomDef>>.
- HALPER, Edward. Aristotle on the Extension of Non-Contradiction. **History of Philosophy Quarterly**, vol. 1, n. 4, p. 369-380, 1984.
- IRWIN, Terence. **Aristotle's First Principles**. Clarendon Press, 1988.

- KIRWAN, Christopher. **Metaphysics: Books  $\Gamma$ ,  $\Delta$ , and E**. 2 ed. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- LOURENÇO, Daniel. **Definição, Não-contradição e Indemonstrabilidade dos Princípios: Uma proposta de leitura para Metafísica  $\Gamma$ , 4 à luz de Segundos Analíticos I, 22**. Orientador Prof. Dr. Nazareno Eduardo de Almeida. Dissertação de mestrado, UFSC, 2013.
- LOURENÇO, Daniel. **NÃO-CONTRADIÇÃO: O mais firme de todos os princípios: Uma proposta de leitura para Metafísica  $\Gamma$  3-6 de Aristóteles**. Orientador Prof. Dr. Nazareno Eduardo de Almeida. Tese de doutorado, UFSC, 2017.
- LUKASIEWICZ, Jan. Sobre a Lei da Contradição em Aristóteles. Tradução de Raphael Zillig. In: ZINGANO, Marco (Ed.). **Sobre a Metafísica de Aristóteles: Textos Selecionados**. São Paulo: Odysseus Editora, p. 1-24, 2009.
- MENDONÇA, Fernando M. **A lógica do debate: uma interpretação da dialética aristotélica nos Tópicos**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2025.
- MENDONÇA, Fernando M. **OS TÓPICOS E COMPETÊNCIA DIALÉTICA: LÓGICA E LINGUAGEM NA CODIFICAÇÃO DO DEBATE DIALÉTICO**. Orientador Prof. Dr. Lucas Angioni. Tese de doutorado, Unicamp, 2015. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-65-88055-40-3>
- MODRAK, Deborah. Nominal Definition in Aristotle. In: CHARLES, D. (Ed.). **Definition in Greek philosophy**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 252–285. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199564453.003.0008>
- PICKARD-CAMBRIDGE, W. A. Topics. In: BARNES, J. (Ed). **Complete Works of Aristotle, Volume 1: the Revised Oxford Translation**. Princeton: Princeton University Press, 2014. <https://doi.org/10.2307/j.ctt5vjv4w.10>
- PRIEST, G.; BERTO, F.; WEBER, Z. **Dialetheism**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/dialetheism/>>.
- SCHICKORE, Jutta. **Scientific Discovery**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/scientific-discovery/>>.
- SHIELDS, Christopher J. **De Anima**. Oxford: Clarendon Press, 2016.
- SMITH, Robin. **Topics: Books I and VIII, with excerpts from related texts**. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- WEDIN, M. V. Some Logical Problems in Metaphysics Gamma. Oxford studies in ancient philosophy, p. 113–162, 2000. <https://doi.org/10.1093/oso/9780199242269.003.0004>

- WEDIN, M. V. The Scope of Non-Contradiction: A Note on Aristotle’s “Elenctic” Proof in Metaphysics  $\Gamma$  4. **Apeiron**, v. 32, n. 3, 1999. <https://doi.org/10.1515/APEIRON.1999.32.3.231>
- WEDIN, Michael. Aristotle on the Firmness of the Principle of Non-Contradiction. **Phronesis**, n. 49, p. 225-265, 2004. <https://doi.org/10.1163/1568528042568613>
- WHITAKER, C. W. A. **Aristotle’s De Interpretatione**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- ZILLIG, Raphael. Significação e não contradição. **Analytica - Revista de Filosofia**, v. 11, n. 1, p. 107–126, 2007. <https://doi.org/10.35920/arf.v11i1.527>
- ZINGANO, Marco. Notas Sobre o Princípio de Não Contradição em Aristóteles. *Cadernos de História, Filosofia e Ciência, Série 3*, v. 13, n. 1, p. 7-32, 2003.
- ZUPPOLINI, B. A. Aristotle’s Foundationalism. **Revista Dissertatio de Filosofia**, v. 44, p. 187, 2017. <https://doi.org/10.15210/dissertatio.v44i0.9366>